

**Cataguases, 14 de maio de 2020** - A Administração da Rede Energia Participações (“Rede Energia”, “REDE” ou “Companhia”) apresenta resultados do primeiro trimestre (1T20). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

## 1. Considerações Gerais

A Rede Energia Participações S/A tem como base dos seus negócios a distribuição de energia elétrica, sendo responsável por quatro distribuidoras localizadas nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo e Paraná, que compreende 436 municípios. A base comercial das distribuidoras da Rede Energia abrange 3,9 milhões de unidades consumidoras cativas e 654 livres, em uma população de aproximadamente 9,5 milhões de habitantes.

## 2. Desempenho Econômico-Financeiro

### 2.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro consolidado da Companhia:

Desempenho Econômico-Financeiro			
Resultados - R\$ milhões			
Descrição	1T20	1T19	Variação %
Receita Operacional Bruta	4.003,6	4.097,4	- 2,3
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	3.805,6	3.951,2	- 3,7
Receita Operacional Líquida	2.564,7	2.687,7	- 4,6
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	2.366,7	2.541,5	- 6,9
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	297,2	401,5	- 26,0
EBITDA	458,5	554,3	- 17,3
EBITDA Ajustado	508,6	598,3	- 15,0
Resultado financeiro	(110,3)	(18,6)	+ 493,3
Lucro Líquido	120,8	283,1	- 57,3
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	3.910,5	3.820,61	+ 2,4
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	4.509,1	4.465,38	+ 1,0
Vendas de energia a consumidores cativos + livre (TUSD) - (GWh)	5.578,7	5.439,87	+ 2,6
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	11,91	11,85	+ 0,06 p.p
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	19,8	22,3	- 2,4 p.p.
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
	31/03/2020	31/12/2019	Variação %
Ativo Total	20.002,4	18.710,4	+ 6,9
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	1.975,7	1.029,8	+ 91,9
Patrimônio Líquido	4.821,3	4.700,7	+ 2,6
Endividamento Líquido	6.225,0	6.442,8	- 3,4

(1) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE. | (2) EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

### 3. Desempenho operacional

#### 3.1 Mercado de energia

No 1T20, o consumo consolidado de energia elétrica no mercado cativo e livre (5.578,7 GWh) das distribuidoras da Rede Energia apresentou avanço de 2,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando o fornecimento não faturado, o volume se situa em 5.600,6 GWh, o que significa incremento de 2,4% na mesma base de comparação. Entre as distribuidoras, o maior crescimento do consumo de energia no trimestre foi verificado na área de concessão da EMT +5,7% (124,3 GWh), seguida pela EMS +1,1% (116,5 GWh).

A composição do mercado de energia das distribuidoras da Rede Energia no primeiro trimestre foi a seguinte:

#### Mercado de Energia Consolidado

Descrição (Valores em GWh)	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
✓ Energia vendida mercado cativo faturado	4.509,1	4.465,4	+ 1,0
✓ Transporte de energia clientes livres (TUSD)	1.069,6	974,5	-
<b>Subtotal (Mercado Cativo + TUSD faturado)</b>	<b>5.578,7</b>	<b>5.439,9</b>	<b>+ 2,6</b>
✓ Consumo não faturado	22,0	27,1	- 19,0
<b>Subtotal (Mercado Cativo + TUSD + não faturado)</b>	<b>5.600,6</b>	<b>5.467,0</b>	<b>+ 2,4</b>

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

#### Mercado Cativo Faturado por Classe de Consumo + TUSD (Consolidado)

Descrição Valores em GWh	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
✓ Residencial	2.035,0	1.966,4	+ 3,5
✓ Industrial	1.219,1	1.182,5	+ 3,1
· Cativo	334,6	360,0	- 7,0
· Livre	884,4	822,5	+ 7,5
✓ Comercial	1.112,2	1.116,0	- 0,3
· Cativo	975,6	993,4	- 1,8
· Livre	136,7	122,6	+ 11,5
✓ Rural	595,4	562,9	+ 5,8
· Cativo	573,8	549,0	+ 4,5
· Livre	21,6	13,9	+ 55,0
✓ Outras classes	617,1	612,0	+ 0,8
· Cativo	590,2	596,6	- 1,1
· Livre	27,0	15,4	+ 75,1
<b>Vendas de energia a consumidores (Mercado Cativo Faturado)</b>	<b>4.509,1</b>	<b>4.465,4</b>	<b>+ 1,0</b>
Energia associada a consumidores livres (TUSD)	1.069,6	974,5	+ 9,8
<b>Mercado Cativo Faturado + TUSD</b>	<b>5.578,7</b>	<b>5.439,9</b>	<b>+ 2,6</b>
Consumo não faturado	22,0	27,1	- 19,0
<b>Mercado Cativo Faturado + TUSD + Não faturado</b>	<b>5.600,6</b>	<b>5.467,0</b>	<b>+ 2,4</b>

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

### 3.2 Consumo por região

Do total das vendas no mercado cativo e livre no trimestre, 68,9% foram vendidos na região Centro-Oeste, 20,9% na região Sul/Sudeste e 10,2% na região Norte.

#### Mercado Cativo + TUSD por Distribuidora e Região (GWh)

Descrição Valores em GWh	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
<b>Região Norte</b>	<b>568,8</b>	<b>561,3</b>	<b>+ 1,3</b>
✓ Energisa Tocantins (ETO)	568,8	561,3	+ 1,3
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>3.844,9</b>	<b>3.704,1</b>	<b>+ 3,8</b>
✓ Energisa Mato Grosso (EMT)	2.320,8	2.196,6	+ 5,7
✓ Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.524,1	1.507,6	+ 1,1
<b>Região Sul/Sudeste</b>	<b>1.165,0</b>	<b>1.174,5</b>	<b>- 0,8</b>
✓ Energisa Sul-Sudeste (ESS)	1.165,0	1.174,5	- 0,8
<b>Total Energisa</b>	<b>5.578,7</b>	<b>5.439,9</b>	<b>+ 2,6</b>

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

### 3.3 Clientes por concessionária

A Rede Energia encerrou o trimestre com 3.910.485 unidades consumidoras cativas, 2,4% superior a quantidade registrada no mesmo período do ano anterior. A carteira de consumidores livres atingiu 697 clientes no 1T20, contra 573 em 1T19.

#### Número de consumidores Cativos e Livres por Região

Distribuidoras	Número de Consumidores								
	Cativos			Livres			Total		
	1T20	1T19	Var. %	1T20	1T19	Var. %	1T20	1T19	Var. %
<b>Região Norte</b>	<b>601.544</b>	<b>589.836</b>	<b>+ 2,0</b>	<b>47</b>	<b>35</b>	<b>+ 34,3</b>	<b>601.591</b>	<b>589.871</b>	<b>+ 2,0</b>
▫ ETO	601.544	589.836	+ 2,0	47	35	+ 34,3	601.591	589.871	+ 2,0
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>2.506.774</b>	<b>2.442.286</b>	<b>+ 2,6</b>	<b>462</b>	<b>378</b>	<b>+ 22,2</b>	<b>2.507.236</b>	<b>2.442.664</b>	<b>+ 2,6</b>
▫ EMT	1.462.195	1.417.293	+ 3,2	262	211	+ 24,2	1.462.457	1.417.504	+ 3,2
▫ EMS	1.044.579	1.024.993	+ 1,9	200	167	+ 19,8	1.044.779	1.025.160	+ 1,9
<b>Região Sul/Sudeste</b>	<b>802.167</b>	<b>788.490</b>	<b>+ 1,7</b>	<b>188</b>	<b>160</b>	<b>+ 17,5</b>	<b>802.355</b>	<b>788.650</b>	<b>+ 1,7</b>
▫ ESS	802.167	788.490	+ 1,7	188	160	+ 17,5	802.355	788.650	+ 1,7
<b>Total Energisa</b>	<b>3.910.485</b>	<b>3.820.612</b>	<b>+ 2,4</b>	<b>697</b>	<b>573</b>	<b>+ 21,6</b>	<b>3.911.182</b>	<b>3.821.185</b>	<b>+ 2,4</b>

#### Número de Clientes Residenciais - Convencional e Baixa Renda

Distribuidoras	Número de Clientes Residenciais								
	Convencional			Baixa Renda			Total de Clientes Residenciais		
	1T20	1T19	Var. %	1T20	1T19	Var. %	1T20	1T19	Var. %
<b>Região Norte</b>	<b>367.027</b>	<b>366.178</b>	<b>+ 0,2</b>	<b>132.987</b>	<b>123.137</b>	<b>+ 8,0</b>	<b>500.014</b>	<b>489.315</b>	<b>+ 2,2</b>
ETO	367.027	366.178	+ 0,2	132.987	123.137	+ 8,0	500.014	489.315	+ 2,2
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>1.705.754</b>	<b>1.687.541</b>	<b>+ 1,1</b>	<b>288.024</b>	<b>252.763</b>	<b>+ 14,0</b>	<b>1.993.778</b>	<b>1.940.304</b>	<b>+ 2,8</b>
EMT	991.953	974.454	+ 1,8	145.826	129.136	+ 12,9	1.137.779	1.103.590	+ 3,1
EMS	713.801	713.087	+ 0,1	142.198	123.627	+ 15,0	855.999	836.714	+ 2,3
<b>Região Sul/Sudeste</b>	<b>603.786</b>	<b>600.020</b>	<b>+ 0,6</b>	<b>77.729</b>	<b>68.894</b>	<b>+ 12,8</b>	<b>681.515</b>	<b>668.914</b>	<b>+ 1,9</b>
ESS	603.786	600.020	+ 0,6	77.729	68.894	+ 12,8	681.515	668.914	+ 1,9
<b>Total Energisa</b>	<b>2.676.567</b>	<b>2.653.739</b>	<b>+ 0,9</b>	<b>498.740</b>	<b>444.794</b>	<b>+ 12,1</b>	<b>3.175.307</b>	<b>3.098.533</b>	<b>+ 2,5</b>

### 3.4 Balanço de Energia

#### Balanço de Energia - Distribuidoras da Rede Energia Participações S/A

Descrição Valores (GWh)	3M20				
	ETO	EMT	EMS	ESS	Consolidado
<b>(a) Energia Total Vendida (a=b+c+d)</b>	<b>512,3</b>	<b>1.895,7</b>	<b>1.230,3</b>	<b>902,1</b>	<b>4.540,4</b>
(b) Energia vendida mercado cativo	511,4	1.888,0	1.218,2	891,6	4.509,2
▫ Residencial	254,0	815,4	564,4	401,3	2.035,1
▫ Industrial	23,3	143,6	69,1	98,6	334,6
▫ Comercial	94,3	414,4	274,3	192,6	975,6
▫ Rural	55,2	287,0	151,0	80,6	573,8
▫ Serviço público e consumo próprio	84,6	227,6	159,4	118,5	590,1
(c) Consumo não faturado	0,9	7,7	12,1	1,3	22,0
(d) Suprimento a concessionárias	-	-	-	9,2	9,2
<b>(e) Energia injetada (e=a+f+g+h)</b>	<b>660,9</b>	<b>2.816,4</b>	<b>1.833,1</b>	<b>1.278,2</b>	<b>6.588,6</b>
(f) Transporte energia clientes livres (TUSD)	57,4	432,9	305,9	273,4	1.069,6
(g) Intercâmbio de energia	2,6	0,9	5,9	19,4	28,8
(h) Perdas na distribuição	88,6	487,0	290,9	83,3	949,9
(i) Perdas na Rede Básica	11,2	35,9	28,1	42,5	117,7
(j) Venda de Energia CCEE	30,4	324,0	-	12,3	366,7
<b>(k) Energia Recebida Total (k=a+h+i+j)</b>	<b>642,5</b>	<b>2.742,5</b>	<b>1.549,4</b>	<b>1.040,2</b>	<b>5.974,6</b>

### 3.5 Portfólio de Contratos

#### Portfólio de Contratos - Distribuidoras da Rede Energia

Descrição Valores (GWh)	3M20				
	ETO	EMT	EMS	ESS	Consolidado
<b>(a) Energia comprada</b>	<b>632,7</b>	<b>2.385,5</b>	<b>1.422,5</b>	<b>1.029,3</b>	<b>5.470,0</b>
▫ Bilaterais modelados	62,3	660,5	52,0	150,4	925,2
▫ Leilões de Energia e mecanismos	406,1	822,8	707,3	382,8	2.319,0
▫ Cotas de ITAIPU	-	348,3	231,4	191,5	771,2
▫ Cotas de PROINFA	11,6	40,8	24,4	18,5	95,3
▫ Cotas de ANGRA	18,8	65,3	43,4	35,9	163,4
▫ Cotas de Garantia Física (90%)	133,8	447,9	364,0	250,2	1.195,9
▫ Contratos de Suprimento	-	-	-	-	-
(b) Mini e microgeração distribuída	6,0	85,1	22,1	11,0	124,2
(c) Ger. Própria/Bilaterais não modelados/ Sist. Isolado	-	271,9	0,3	-	272,2
(d) Liquidação na CCEE	3,8	-	104,5	-	108,3
<b>(e) Energia Comprada TOTAL (e=a+b+c+d)</b>	<b>642,5</b>	<b>2.742,5</b>	<b>1.549,4</b>	<b>1.040,2</b>	<b>5.974,6</b>

### 3.6 Perdas de energia elétrica (“perdas”)

As perdas totais de energia das distribuidoras da Rede Energia situaram-se em 11,91% da energia requerida, ficando abaixo do limite regulatório.

A EMT apresentou ligeiro aumento em relação a dezembro de 2019, de 0,07 ponto percentual, e redução de 0,30 comparado com março de 2019, o que evidencia a trajetória sustentável de queda. Vale ressaltar que pelo terceiro trimestre seguido, essa empresa se encontra abaixo de seu limite regulatório.

Na ETO a perda total fechou em 12,71% da energia injetada, apresentando aumento de 0,10 ponto percentual em relação ao trimestre anterior e redução de 0,29 ponto percentual em relação a dezembro de 2019, ficando entretanto 1,29 pontos percentuais abaixo de seu limite regulatório.

A EMS apresentou aumento de 0,55 ponto percentual quando comparado a dezembro de 2019, e de 0,62 ponto percentual em relação a março de 2019. O aumento no 1T20 foi predominantemente influenciado por dois fatores: (i) o crescimento da perda técnica, motivada pela redução da geração térmica na região sul e crescimento de mercado e (ii) o aumento da carga no mês de março com recorde histórico, sendo 12% superior a dez/19 e 10% superior a março de 2019. Cabe destacar que essa concessão permanece com as Perdas 0,14 ponto percentual abaixo de sua meta regulatória.

A seguir são apresentados os indicadores de perdas de energia elétrica das distribuidoras do Grupo Energisa:

#### Perdas de Energia (% últimos 12 meses)

Distribuidoras % Energia Injetada (12 meses)	Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL	
	mar/19	dez/19	mar/20	mar/19	dez/19	mar/20	mar/19	dez/19	mar/20		
EMT	9,69	9,64	9,37	4,26	3,93	4,27	13,94	13,58	13,64	13,68	●
EMS	9,15	9,41	9,66	3,08	2,88	3,19	12,23	12,29	12,85	12,99	●
ETO	11,42	11,47	11,35	1,58	1,15	1,36	13,00	12,61	12,71	14,00	●
ESS	6,16	6,24	6,19	-0,06	-0,05	0,04	6,11	6,19	6,23	6,72	●
<b>Rede Energia Consolidada</b>	<b>9,05</b>	<b>9,13</b>	<b>9,06</b>	<b>2,80</b>	<b>2,58</b>	<b>2,86</b>	<b>11,85</b>	<b>11,70</b>	<b>11,91</b>	<b>12,19</b>	●

Nota: Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada. Os percentuais regulatórios referem-se aos últimos dozes meses findos em março de 2020.

#### Perdas de Energia (Em GWh nos últimos 12 meses)

Perdas em 12 meses Em GWh	Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			
	mar/19	dez/19	mar/20	mar/19	dez/19	mar/20	mar/19	dez/19	mar/20	Var.(%)
EMT	1.004,5	1.056,6	1.043,8	441,5	431,1	475,6	1.446,0	1.487,8	1.519,5	+ 2,1
EMS	573,2	618,6	643,9	192,7	189,4	212,9	765,9	808,0	856,7	+ 6,0
ETO	311,2	320,5	318,7	43,0	32,1	38,3	354,3	352,6	357,0	+ 1,3
ESS	291,5	304,6	302,1	-2,6	-2,6	2,0	288,9	302,1	304,0	+ 0,6
<b>Rede Energia Consolidada</b>	<b>2.180,4</b>	<b>2.300,4</b>	<b>2.308,5</b>	<b>674,6</b>	<b>650,0</b>	<b>728,7</b>	<b>2.855,0</b>	<b>2.950,4</b>	<b>3.037,3</b>	<b>+ 2,9</b>

(1) Variação março de 2020/dezembro de 2019.

### 3.7 Gestão da Inadimplência

#### 3.7.1 Taxa de Inadimplência

No trimestre, a taxa de inadimplência (calculada pela relação percentual entre a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) e o fornecimento faturado) das distribuidoras da Rede Energia foi de 1,14%, contra 0,88% em 2019.

A EMS apresentou inadimplência constante em relação ao 1T19. Se não considerarmos a provisão extraordinária decorrente do advento da COVID-19, essa concessão teria apresentado melhora de 0,14 ponto percentual em função das classes comercial, poder público e iluminação pública, fruto das ações de cobranças administrativas e campanhas de arrecadação, com destaque para o pagamento de parcelas de contratos firmados com uma prefeitura.

Na EMT, sem considerarmos a provisão extraordinária decorrente do advento da COVID-19, o aumento seria de 0,30 ponto percentual, reflexo de acordos firmados com hospitais, prefeituras e uma empresa de saneamento básico não cumpridos e sendo todos, objeto de ações de negociação pela via administrativa e judicial. A inadimplência dos parcelamentos dos clientes de Baixa Tensão, principalmente oriundas de irregularidade, também contribuiu para esse resultado.

PCLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	Mar/20	Mar/19	Varição em p.p.
EMT	1,69	1,25	+ 0,44
EMS	1,00	1,00	-
ETO	0,59	0,50	+ 0,09
ESS	0,19	0,05	+ 0,14
<b>Rede Energia Consolidada</b>	<b>1,14</b>	<b>0,88</b>	<b>+ 0,26</b>

### 3.7.2 Taxa de Arrecadação

No 1T20, a taxa de arrecadação sobre ao faturamento foi de 96,74%, inferior em 0,48 ponto percentual em relação ao 1T19.

A EMS apresentou piora de 0,22 ponto percentual em função do crescimento dos clientes desligados, em sua maioria com contratos inativos. Para minimizar os impactos com esse segmento, as ações de suspensão de fornecimento e inscrições em serviços de proteção ao crédito estão sendo reforçadas.

A ETO apresentou melhora de 0,21 ponto percentual, decorrente principalmente da maior eficiência na gestão operacional das medidas de cobrança, bem como de melhorias implementadas com a ferramenta analítica utilizada pelo grupo.

Taxa de Arrecadação	12 meses (%)		
	Mar/20	Mar/19	Varição em pontos percentuais
EMT	95,95	96,58	- 0,66
EMS	96,57	96,91	- 0,35
ETO	97,29	97,59	- 0,30
ESS	98,86	98,99	- 0,14
<b>Rede Energia Consolidada</b>	<b>96,74</b>	<b>97,21</b>	<b>-0,48</b>

### 3.8 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

No trimestre, todas as distribuidoras da Rede Energia apresentaram desempenho melhor que a meta regulatória dos indicadores DEC e FEC.

A EMT obteve redução de 1,17 horas em relação ao ano anterior no DEC, atingindo seu melhor valor histórico. Essa concessão também apresentou um bom resultado no FEC, com queda de 0,12 vezes.

A ETO alcançou significativa redução de 2,20 horas no DEC quando comparado a março de 2019, atingindo 20,00 horas, e apresentou decréscimo de 2,13 vezes no FEC, atingindo 7,25 vezes. Essa performance foi a melhor histórica para esses indicadores.

Distribuidoras Média móvel 12 meses	DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	mar/20	mar/19	Var.(%)	mar/20	mar/19	Var.(%)		
EMT	19,22	20,39	- 5,7	8,20	8,32	- 1,4	21,41	17,00
EMS	10,73	10,84	- 1,0	4,57	4,35	+ 5,1	11,50	8,17
ETO	20,00	22,20	- 9,9	7,25	9,38	- 22,7	23,54	15,66
ESS	5,17	6,40	- 19,2	4,15	4,79	- 13,4	7,57	7,24

## 4. Desempenho financeiro

### 4.1 Receita operacional bruta e líquida

No 1T20, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 3.805,6 milhões, ante R\$ 3.951,3 milhões registrados no 1T19, redução de 3,7% (R\$ 145,6 milhões). Por sua vez, a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, mostrou queda de 6,9% (R\$ 174,8 milhões) no trimestre, para R\$ 2.366,7 milhões.

A seguir, as receitas operacionais por classe de consumo:

Receita operacional por segmento Descrição (R\$ milhões)	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
<b>(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)</b>	<b>3.311,5</b>	<b>3.004,9</b>	<b>+ 10,2</b>
<i>Residencial</i>	1.587,7	1.431,0	+ 11,0
<i>Industrial</i>	243,2	240,1	+ 1,3
<i>Comercial</i>	772,0	726,6	+ 6,2
<i>Rural</i>	355,4	293,1	+ 21,3
<i>Outras classes</i>	353,2	314,1	+ 12,4
(+) Suprimento de energia elétrica	69,6	313,1	- 77,8
(+) Fornecimento não faturado líquido	34,7	28,8	+ 20,5
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	293,6	244,9	+ 19,9
(+) Receitas de construção	198,0	146,2	+ 35,4
(+) Constituição e amortização - CVA	(115,2)	110,1	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	184,9	190,3	- 2,8
(+) Atualização do ativo financeiro da concessão (VNR)	20,2	52,4	- 61,5
(+) Outras receitas	6,4	6,7	- 4,9
<b>(=) Receita Bruta</b>	<b>4.003,6</b>	<b>4.097,4</b>	<b>- 2,3</b>
(-) Impostos sobre vendas	1.154,5	1.069,2	+ 8,0
(-) Deduções bandeiras tarifárias	0,5	7,2	- 92,8
(-) Encargos setoriais	283,9	333,3	- 14,8
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>2.564,7</b>	<b>2.687,7</b>	<b>- 4,6</b>
(-) Receitas de construção	198,0	146,2	+ 35,4
<b>(=) Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>2.366,7</b>	<b>2.541,5</b>	<b>- 6,9</b>

A seguir, as receitas operacionais líquidas por empresa:

Receita líquida por segmento Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T20	1T20	Var. %
<b>I - Distribuição de energia elétrica</b>	<b>4.380,8</b>	<b>4.422,0</b>	<b>- 0,9</b>
✓ EMT	1.111,5	1.101,7	+ 0,9
✓ EMS	692,8	749,4	- 7,6
✓ ETO	338,5	405,5	- 16,5
✓ ESS	421,4	429,9	- 2,0
<b>(=) Rede Energia Consolidada</b>	<b>2.564,7</b>	<b>2.687,7</b>	<b>- 4,6</b>
(-) Receitas de construção	198,0	146,2	+ 35,4
<b>(=) Rede Energia Consolidada, sem receita de construção</b>	<b>2.366,7</b>	<b>2.541,5</b>	<b>- 6,9</b>

## 4.2 Ambiente Regulatório

### 4.2.1 Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)

No 1T20, foi possível observar redução de R\$ 225,4 milhões na constituição (líquida da amortização) da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA) em relação ao 1T19.

A CVA é o mecanismo regulatório instituído pela Portaria Interministerial nº 25/02, destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais, ocorridas no período entre os eventos tarifários da distribuidora. O objetivo deste mecanismo é neutralizar os efeitos desses custos, denominados de “Parcela A” e de repasse tarifário integral assegurado, sobre o resultado da distribuidora.

### 4.2.2 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015, entrou em vigor o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”, que repassa automaticamente ao consumidor final o custo incorrido pela distribuidora sempre que a compra de energia for afetada pelo despacho termelétrico de maior custo, diminuindo o carregamento financeiro entre os reajustes tarifários. O funcionamento das bandeiras tarifárias é representado pelas cores verde, amarela ou vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos em função das condições de geração de eletricidade.

No 1T20, as receitas consolidadas auferidas pelas distribuidoras da Rede Energia provenientes das bandeiras tarifárias foram de R\$ 8,5 milhões.

### 4.2.3 Revisões e reajustes tarifários

Entre 2016 e 2018, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) homologou o 4º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (“4CRTP”) das subsidiárias da Rede Energia, ainda no aguardo das revisões para esse ciclo. Entre 2020 e 2023 será realizado o 5º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (“5CRTP”) das subsidiárias da Companhia.

Os efeitos para os consumidores decorrentes dos últimos processos de reajuste e revisão tarifária de cada distribuidora da Rede Energia foram os seguintes:

Distribuidoras	Efeito para o Consumidor (%)			Início da Vigência	Processo Revisional
	Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio		
EMT	+ 2,40	+ 2,65	+ 2,47	01/07/2020	Reajuste Anual
EMS	+ 6,89	+ 6,93	+ 6,90	01/07/2020	Reajuste Anual
ETO	- 0,36	- 0,20	- 0,33	04/07/2019	Reajuste Anual
ESS	+ 0,16	+ 4,10	+ 1,30	12/07/2019	Reajuste Anual

### 4.2.4 Base de remuneração regulatória

O processo de valoração dos ativos da “Base de Remuneração Regulatória” utiliza o método do “Valor Novo de Reposição - VNR”, que corresponde ao valor, a preços atuais de mercado, de um ativo idêntico, similar ou equivalente, sujeito a reposição, que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente, considerando todos os gastos necessários para a sua instalação.

A evolução das “Bases de Remunerações Líquidas” (BRL) das distribuidoras da Rede Energia e as datas das Revisões Tarifárias (RT) são as seguintes:

Distribuidora	Base de Remuneração Líquida (BRL) - Em R\$ milhões		Data revisão tarifária		
	3º Ciclo	4º Ciclo	3º Ciclo	4º Ciclo	5º Ciclo
EMT	1.693,5	3.459,8	abr/13	abr/18	abr/23
EMS	1.152,6	1.864,5	abr/13	abr/18	abr/23
ETO	257,1	596,2	jul/12	jul/16	jul/20
ESS	320,3	491,5	mai/12	mai/16	jul/21
<b>Total</b>	<b>3.423,5</b>	<b>6.412,0</b>			
<b>WACC (antes de impostos)</b>	<b>11,36%</b>	<b>12,26%</b>			

## 4.2.5 Parcela B

Distribuidora	Parcela B				Processo Revisional
	DRA <sup>(1)</sup>	DRP <sup>(2)</sup>	Varição (R\$ milhões)	Varição %	
EMT	1.564,9	1.177,2	12,3	+ 6,7	Reajuste Anual
EMS	968,1	1.035,1	67,0	+6,9	Reajuste Anual
ETO	514,2	542,8	28,6	+ 5,6	Reajuste Anual
ESS	394,6	400,0	5,4	+ 1,4	Reajuste Anual
<b>Total</b>	<b>3.041,8</b>	<b>3.155,1</b>	<b>113,3</b>	<b>+ 3,7</b>	

(1) DRA - Data de Referência Anterior: é definida como sendo a data de vigência do último processo tarifário homologado pela Aneel, seja reajuste ou revisão tarifária, que contempla os custos incorridos e receitas auferidas nos doze meses relativos ao processo tarifário.

(2) DRP - Data de Referência em Processamento: a DRP é definida como sendo a data de vigência do processo tarifário em análise a ser homologado pela Aneel, quer seja reajuste ou revisão tarifária, que contempla os custos e receitas previstas para os doze meses relativos ao processo tarifário.

## 4.2.6 Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação CCC

A Aneel também autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional. Os valores por distribuidora são os seguintes:

Recursos Decreto 7.891 e Baixa Renda (R\$ milhões)	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
EMT	88,8	76,0	+ 16,9
EMS	51,6	52,6	- 1,9
ETO	28,1	30,7	- 8,7
ESS	16,4	30,9	- 47,0
<b>Total</b>	<b>184,9</b>	<b>190,3</b>	<b>- 2,8</b>

Além desse saldo, o Grupo Energisa detém créditos de sub-rogação de CCC (Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis) no montante de R\$ 19,1 milhões, em contrapartida à implantação de projetos de distribuição/transmissão de energia, que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC.

## 4.3 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais consolidadas, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 2.069,5 milhões no 1T20, redução de 3,3% (R\$ 70,6 milhões) em relação ao 1T19.

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
<b>1 Custos e Despesas não controláveis</b>	<b>1.455,7</b>	<b>1.590,2</b>	<b>- 8,5</b>
1.1 Energia comprada	1.249,3	1.408,9	- 11,3
1.2 Transporte de potência elétrica	206,4	181,3	+ 13,9
<b>2 Custos e Despesas controláveis</b>	<b>428,3</b>	<b>390,4</b>	<b>+ 9,7</b>
2.1 PMSO	356,2	349,1	+ 2,0
2.2 Provisões/Reversões	72,1	41,3	+ 74,7
2.2.1 Contingências	(0,5)	(6,0)	- 90,9
2.2.2 Devedores duvidosos	72,7	47,3	+ 53,6
<b>3 Demais receitas/despesas</b>	<b>185,4</b>	<b>159,5</b>	<b>+ 16,3</b>
3.1 Depreciação e amortização	161,3	152,8	+ 5,6
3.2 Outras receitas/despesas	24,2	6,7	+ 258,4
<b>Total (1+2+3, s/ construção)</b>	<b>2.069,5</b>	<b>2.140,1</b>	<b>- 3,3</b>
Custo de construção <sup>1</sup>	198,0	146,2	+ 35,4
<b>Total (1+2+3, c/ construção)</b>	<b>2.267,5</b>	<b>2.286,3</b>	<b>- 0,8</b>

(\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

### Despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

PMSO Consolidado Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
Pessoal	140,3	140,2	+ 0,0
Fundo de pensão	5,9	5,9	+ 0,5
Material	27,1	24,2	+ 12,0
Serviços de terceiros	147,3	143,6	+ 2,6
Outras	35,5	35,2	+ 1,0
✓ Multas e compensações	5,8	2,0	+ 191,8
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	14,9	10,6	+ 40,9
✓ Outros	14,8	22,6	+ 34,5
<b>Total PMSO Consolidado</b>	<b>356,2</b>	<b>349,1</b>	<b>+ 2,0</b>
IPCA / IBGE (2019)	3,30%		
IGPM / FGV (2019)	6,82%		

### 4.4 EBITDA

Resume-se, a seguir, a geração de caixa da Companhia:

EBITDA Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
(=) EBITDA	458,5	554,3	- 17,3
(+) Receitas de acréscimos moratórios	50,2	44,0	+ 14,1
<b>(=) EBITDA Ajustado</b>	<b>508,6</b>	<b>598,3</b>	<b>- 15,0</b>
Margem EBITDA (%)	17,9	20,6	- 2,7 p.p.
Margem EBITDA Ajustado (%)	19,8	22,3	- 2,4p.p.

O EBITDA e EBITDA Ajustado por distribuidora são os seguintes:

Valores em R\$ milhões	EBITDA			EBITDA Ajustado		
	1T20	1T19	Var. %	1T20	1T19	Var. %
EMT	175,5	236,8	- 25,9	200,4	259,2	- 22,7
EMS	155,9	182,3	- 14,5	169,6	192,8	- 12,0
ETO	59,6	67,5	- 11,7	65,5	73,3	- 10,6
ESS	67,3	59,2	+ 13,6	73,0	64,5	+ 13,1
<b>Rede Energia Consolidada</b>	<b>458,5</b>	<b>554,3</b>	<b>- 17,3</b>	<b>508,6</b>	<b>598,3</b>	<b>- 15,0</b>

#### 4.5 Resultado financeiro

No 1T20, o resultado financeiro líquido refletiu despesas financeiras líquidas de R\$ 110,3 milhões, contra R\$ 18,6 milhões de despesas financeiras líquidas no 1T19.

Resultado Financeiro Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
<b>Receitas financeiras</b>	<b>90,4</b>	<b>86,0</b>	<b>+ 5,1</b>
Receita de aplicações financeiras	7,3	17,5	- 58,2
Acréscimos moratórios sobre contas em atraso	50,2	44,0	+ 14,1
Atualização financeira de ativos regulatórios (CVA)	0,9	13,2	- 93,3
Atualização de créditos tributários a recuperar	6,3	3,5	+ 80,5
Atualização monetária dos depósitos judiciais	1,8	1,2	+ 56,5
(-) Pis/Cofins sobre receita financeira	(4,4)	(4,2)	+ 4,6
Outras receitas financeiras	28,2	10,8	+ 160,3
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(200,6)</b>	<b>(104,6)</b>	<b>+ 91,7</b>
Encargos de dívidas - Juros	(97,4)	(105,5)	- 7,7
Encargos de dívidas - Variação monetária/cambial	(565,4)	(24,8)	+ 2.175,3
Instrumentos financeiros derivativos	536,4	40,9	+ 1.211,4
Ajuste a valor presente	3,8	(2,9)	-
Marcação a mercado derivativos	(34,2)	(50,7)	- 32,5
Marcação a mercado da dívida	34,1	50,7	- 32,8
Atualização financeira de passivos regulatórios	(3,8)	(7,4)	- 48,6
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	(1,2)	(2,4)	- 48,8
(-) Transferência de juros capitalizados para ordens em curso	0,3	0,5	- 33,8
Despesas bancárias	(1,6)	(1,5)	+ 6,7
Incorporação de redes	(10,3)	(20,4)	- 49,3
Despesa de Aval	-	-	-
Outras despesas financeiras	(61,2)	18,9	-
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(110,3)</b>	<b>(18,6)</b>	<b>+ 493,3</b>

#### 4.6 Lucro Líquido

No 1T20, o lucro líquido da Companhia somou R\$ 120,8 milhões, ante R\$ 283,1 milhões registrados no mesmo período de 2019, redução de 57,3% (R\$ 162,3 milhões).

A seguir, o lucro líquido consolidado da Rede Energia e das suas distribuidoras:

Lucro Líquido por Empresa Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
<b>Distribuição de energia elétrica</b>	<b>159,3</b>	<b>286,2</b>	<b>- 44,4</b>
EMT	36,9	119,0	- 69,0
EMS	84,8	98,6	- 14,0
ETO	13,7	37,4	- 63,2
ESS	23,9	31,3	- 23,7
<b>Rede Energia Consolidada</b>	<b>120,8</b>	<b>283,1</b>	<b>- 57,3</b>

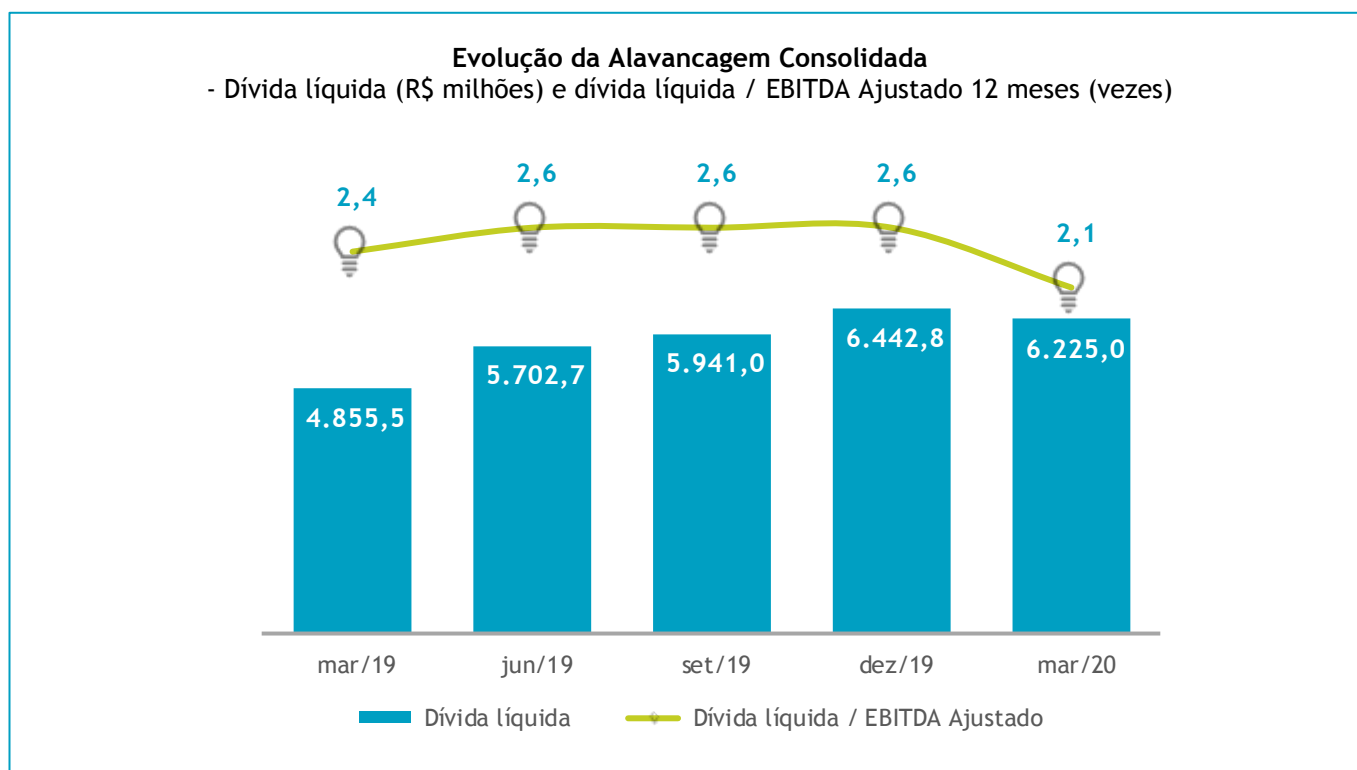
## 5. Estrutura de capital

### 5.1 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 2.171,4 milhões em março de 2020, frente aos R\$ 1.361,2 milhões no final de dezembro de 2019. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), no montante de R\$ 195,7 milhões em março de 2020 e R\$ 331,4 milhões em dezembro de 2019.

Em 31 de março de 2020, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 6.225,0 milhões, contra R\$ 6.442,8 milhões em dezembro de 2019. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado consolidados passou de 2,6 vezes em dezembro de 2019 para 2,1 vezes em março de 2020.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia em 31 de março de 2020 e 2019:



A seguir, as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais) entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de março de 2020:

Descrição Valores em R\$ milhões	Controladora			Consolidado		
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2019
<b>Circulante</b>	<b>3,0</b>	<b>1,9</b>	<b>2,9</b>	<b>2.048,2</b>	<b>1.108,6</b>	<b>702,6</b>
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	0,7	-	-	1.175,0	750,1	465,6
Debêntures	2,2	1,4	2,2	956,0	304,4	32,1
Encargos de dívidas	-	0,5	0,7	42,7	31,8	53,0
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	-	-	-	46,4	46,4	36,9
Taxas regulamentares	-	-	-	-	-	25,1
Parcelamento de débitos energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	48,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	-	(171,9)	(24,0)	41,2
<b>Não Circulante</b>	<b>213,4</b>	<b>206,8</b>	<b>208,0</b>	<b>6.348,1</b>	<b>6.695,4</b>	<b>6.018,2</b>
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	151,9	146,9	151,1	3.874,8	3.508,4	3.379,0
Debêntures	61,4	60,0	56,9	2.853,3	3.283,6	2.749,0
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	-	-	-	317,2	314,1	182,5
Taxas regulamentares	-	-	-	-	-	-
Parcelamento de débitos energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	-	(697,1)	(410,7)	(292,3)
<b>Total das dívidas</b>	<b>216,4</b>	<b>208,7</b>	<b>210,9</b>	<b>8.396,4</b>	<b>7.804,0</b>	<b>6.720,8</b>
(-) Disponibilidades financeiras	199,0	62,7	295,7	1.975,7	1.029,8	1.239,5
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>17,4</b>	<b>146,0</b>	<b>(84,8)</b>	<b>6.420,7</b>	<b>6.774,2</b>	<b>5.481,3</b>
(-) Créditos CDE	-	-	-	114,8	131,6	141,1
(-) Créditos CCC	-	-	-	19,1	19,9	48,1
(-) Créditos CVA	-	-	-	61,8	179,9	436,6
<b>Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais</b>	<b>17,4</b>	<b>146,0</b>	<b>(84,8)</b>	<b>6.225,0</b>	<b>6.442,8</b>	<b>4.855,5</b>
<b>Indicador relativo</b>						
Dívida líquida / EBITDA Ajustado 12 meses <sup>(1)</sup>	-	-	-	2,1	2,6	2,4

<sup>(1)</sup> EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

## 6. Investimentos

No trimestre, os investimentos totalizaram de R\$296,9 milhões, redução de 39,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os investimentos realizados, por distribuidora, foram os seguintes:

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	1T20	1T19	Var. %	1T20	1T19	Var. %	1T20	1T19	Var. %	1T20	1T19	Var. %
EMT	82,5	165,4	- 50,1	64,9	(7,3)	-	2,7	2,8	- 3,6	150,1	24,0	+ 525,4
EMS	41,4	52,0	- 20,4	7,0	3,4	+ 105,9	2,7	2,1	+ 28,6	51,1	3,0	+ 1.603,3
ETO	44,9	60,7	- 26,0	2,8	1,1	+ 154,5	2,4	1,6	+ 50,0	50,1	18,0	+ 178,3
ESS	39,3	22,2	+ 77,0	4,2	3,2	+ 31,3	2,1	3,4	- 38,2	45,6	4,0	+ 1.040,0
<b>Total</b>	<b>208,1</b>	<b>300,3</b>	<b>- 30,7</b>	<b>78,9</b>	<b>0,4</b>	<b>+ 19.625,0</b>	<b>9,9</b>	<b>9,9</b>	<b>-</b>	<b>296,9</b>	<b>49,0</b>	<b>+ 505,9</b>

## 7. Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total dos auditores Ernst & Young Auditores Independentes pela revisão contábil das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas nos primeiros três meses de 2020 foi de R\$ 764 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

## Demonstrações Financeiras

### 1. Balanço Patrimonial Ativo

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalente de caixa	76.713	4.429	609.962	240.257
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	122.285	58.267	1.266.931	692.230
Clientes, consumidores e concessionárias	-	-	2.139.196	2.171.886
Títulos de créditos a receber	-	-	16.012	16.275
Dividendos a receber	164.551	2.890	-	-
Estoques	-	-	63.433	59.402
Tributos a recuperar	19.935	9.573	537.586	488.126
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	189.409	52.756
Ativos financeiros setoriais	-	-	556.873	614.870
Outros créditos	4.655	7.211	463.020	507.368
<b>Total do circulante</b>	<b>388.139</b>	<b>82.370</b>	<b>5.842.422</b>	<b>4.843.170</b>
<b>Não circulante</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	-	-	98.814	97.264
Consumidores e concessionárias	-	-	530.256	506.104
Títulos de créditos a receber	-	-	9.919	10.668
Créditos com partes relacionadas	617.941	697.116	617.512	696.693
Tributos a recuperar	16.448	23.583	456.461	443.470
Depósitos e cauções vinculados	26.819	26.423	229.678	228.292
Créditos tributários	-	-	1.022.118	921.838
Ativos financeiros setoriais	-	-	40.183	142.602
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	3.993.795	3.875.260
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	697.107	410.685
Outros créditos	2.925	5.170	72.871	77.415
	<b>664.133</b>	<b>752.292</b>	<b>7.768.714</b>	<b>7.410.291</b>
Investimentos	3.874.472	3.964.645	7.452	7.446
Imobilizado	-	-	51.012	49.181
Intangível	-	-	5.652.513	5.713.686
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	-	-	680.299	686.647
<b>Total do não circulante</b>	<b>4.538.605</b>	<b>4.716.937</b>	<b>14.159.990</b>	<b>13.867.251</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>4.926.744</b>	<b>4.799.307</b>	<b>20.002.412</b>	<b>18.710.421</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 2. Balanço Patrimonial Passivo

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**  
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	125	172	874.978	970.758
Encargos de dívidas	-	-	42.701	31.764
Empréstimos e financiamentos	746	468	1.175.026	750.090
Debêntures	2.232	1.400	956.019	304.423
Dividendos a pagar	1.515	1.515	2.445	2.141
Folha de pagamento	-	-	7.250	8.433
Impostos e contribuições	6.897	1.951	378.927	295.385
Parcelamento de impostos	-	-	17.313	17.313
Encargos setoriais	-	-	166.497	168.552
Taxas regulamentares	-	-	-	-
Incorporação de redes	-	-	58.598	48.239
Obrigações estimadas	-	-	53.362	49.660
Passivos financeiros setoriais	-	-	327.877	336.142
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	17.524	28.718
Contribuição de iluminação pública	-	-	65.067	63.530
Benefícios pós emprego	-	-	29.073	29.075
Arrendamentos Operacionais	-	-	12.557	10.779
Outros passivos	168	168	148.020	145.708
<b>Total do circulante</b>	<b>11.683</b>	<b>5.674</b>	<b>4.333.234</b>	<b>3.260.710</b>
<b>Não circulante</b>				
Fornecedores	-	-	69.135	68.271
Empréstimos e financiamentos	151.946	146.891	3.874.811	3.508.361
Debêntures	61.430	59.955	2.853.269	3.283.609
Impostos e contribuições	-	-	405.792	372.564
Parcelamento de impostos	-	-	30.041	33.204
Tributos diferidos	373.529	375.084	1.727.372	1.590.571
Débitos com partes relacionadas	540.002	531.916	541.147	532.984
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	-	617	294.536	292.551
Provisão para perdas em participações societárias	187.154	185.588	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-	207.418	241.400
Encargos setoriais	-	-	119.827	117.068
Incorporação de redes	-	-	45.504	45.504
Benefícios pós emprego	-	-	287.125	280.874
Arrendamentos operacionais	-	-	11.070	14.556
Outros passivos	153	153	380.860	367.528
<b>Total do não circulante</b>	<b>1.314.214</b>	<b>1.300.204</b>	<b>10.847.907</b>	<b>10.749.045</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	2.777.404	2.777.404	2.777.404	2.777.404
Reservas de capital	16.354	16.055	16.354	16.055
Reservas de lucros	374.868	374.868	374.868	374.868
Lucros (Prejuízos) Acumulados	107.119	-	107.119	-
Outros resultados abrangentes	(120.208)	(120.208)	(120.208)	(120.208)
Adiantamento para futuro aumento de capital	445.310	445.310	445.310	445.310
	<b>3.600.847</b>	<b>3.493.429</b>	<b>3.600.847</b>	<b>3.493.429</b>
Participação dos Acionistas não controladores	-	-	1.220.424	1.207.237
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>3.600.847</b>	<b>3.493.429</b>	<b>4.821.271</b>	<b>4.700.666</b>
Incluir linha do passivo total (Passivo + PL)	<b>4.926.744</b>	<b>4.799.307</b>	<b>20.002.412</b>	<b>18.710.421</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## 3. Demonstrações de Resultados

**REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S/A**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019**  
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Controladora		Consolidado	
	1T20	1T19	1T20	1T19
<b>Receita operacional bruta</b>				
Fornecimento de energia elétrica	-	-	3.346.235	3.033.651
Suprimento de energia elétrica	-	-	69.598	313.089
Disponibilidade do Sistema Elétrico	-	-	293.555	244.863
Receita de construção	-	-	197.967	146.160
Outras receitas	-	-	96.238	359.662
	-	-	<b>4.003.593</b>	<b>4.097.425</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>				
ICMS faturado	-	-	801.355	706.470
PIS, Cofins e ISS	-	-	353.124	362.715
Encargos setoriais - Bandeiras tarifárias	-	-	517	7.158
Outras (CCC, CDE, P&D e PEE)	-	-	283.924	333.345
	-	-	<b>1.438.920</b>	<b>1.409.688</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	-	-	<b>2.564.673</b>	<b>2.687.737</b>
<b>Despesas operacionais</b>				
Energia elétrica comprada	-	-	1.249.284	1.408.859
Encargos de uso do sistema	-	-	206.444	181.278
Pessoal	-	16	140.272	140.242
Entidade de previdência privada	-	-	5.927	5.895
Material	-	-	27.142	24.239
Serviços de terceiros	95	60	147.303	143.602
Depreciação e amortização	-	-	161.273	152.760
Provisão para crédito de liquidação duvidosa / contingência	(622)	-	72.146	41.304
Custo de construção	-	-	197.967	146.160
Outras despesas	196	201	35.529	35.169
Outras Receitas/Despesas operacionais	230	-	24.163	6.742
	<b>(101)</b>	<b>277</b>	<b>2.267.450</b>	<b>2.286.250</b>
<b>Resultado antes da equivalência patrimonial</b>	<b>101</b>	<b>(277)</b>	<b>297.223</b>	<b>401.487</b>
Resultado de equivalência patrimonial	116.716	225.806	-	-
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>116.817</b>	<b>225.529</b>	<b>297.223</b>	<b>401.487</b>
<b>Resultado financeiro</b>				
Receita de aplicações financeira	625	3.844	7.335	17.547
Variação monetária e acréscimo moratório	-	-	50.151	43.965
Outras receitas financeiras	8.566	2.155	32.883	24.555
Encargos de dívidas - juros	(1.111)	(1.099)	(97.411)	(105.488)
Encargos dívidas - variação monetária e cambial	-	-	(565.381)	(24.849)
Marcação mercado de dívidas e derivativos	-	-	(144)	9
(-) Transferência p/Imob curso	-	-	317	478
Outras despesas financeiras	(19.332)	(6.421)	461.995	25.201
	<b>(11.252)</b>	<b>(1.521)</b>	<b>(110.255)</b>	<b>(18.582)</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>105.565</b>	<b>224.008</b>	<b>186.968</b>	<b>382.905</b>
Contribuição social e imposto de renda	1.554	432	(66.125)	(99.767)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>107.119</b>	<b>224.440</b>	<b>120.843</b>	<b>283.138</b>
Lucro atribuível a:				
Acionistas da Controladora			107.119	224.440
Acionistas não controladores			13.724	58.698
<b>Lucro líquido por ação - R\$</b>	<b>0,05</b>	<b>0,11</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

### Rede Energia Participações S.A. Notas explicativas às informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

#### 1. Contexto operacional

A Rede Energia Participações S.A. (“Rede Energia” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objetivo social principal é a participação no capital de outras empresas.

A Rede Energia possui o direito de explorar indiretamente, concessões e/ou autorizações de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Distribuição de energia elétrica	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	Presidente Prudente (SP)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”)	Palmas (TO)	01/01/2020	31/12/2049
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia (“EMT”)	Cuiabá (MT)	11/12/1997	11/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	Campo Grande (MS)	04/12/1997	04/12/2027

As Distribuidoras controladas diretas e indiretas são empresas de capital aberto e fechado, sem ações negociadas em bolsa, que tem como objetivo principal operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço de distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, nos Estados supracitados.

As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentados nas notas explicativas nº 10, 11, 15, 19 e 32, respectivamente.

#### Geração de energia elétrica:

A controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de uma usina termelétrica, com a respectiva subestação associada, com vencimento em 10 de dezembro de 2027. Embora, possuindo uma usina termelétrica para atendimento de sistemas isolados, a principal atividade da controlada é a distribuição de energia elétrica. Desta forma, a administração da controlada considera a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal.

#### Serviços:

A Rede Energia, através de sua controlada direta Multi Energisa Serviços S.A. presta serviços de construção, operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.

#### Comercialização de energia elétrica:

A controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia operou na comercialização de energia elétrica até 27 de novembro de 2012, quando teve sua autorização revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, de 20 de novembro de 2012, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

#### Recuperação judicial de controladas

Em 26 de novembro de 2012 a Rede Energia Participações S/A (“REDE”) publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”).

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período adequado. Alguns credores apresentaram embargos de declaração contra a decisão, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento. Apesar do recurso, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais. Em julgamento realizado no dia 29/07/2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à Apelação, mantendo a sentença de encerramento. O credor interpôs Recurso Especial, o qual não foi admitido em exame de admissibilidade realizado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. No momento, monitora-se a interposição de Agravo em Recurso Especial contra esta última decisão.

A posição em 31 de março de 2020 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial totaliza R\$274.671, dos quais R\$157.312 refere-se a Empréstimos, R\$63.662 a Debêntures e R\$53.697 a Fornecedores, são como segue:

Descrição	Rede Energia	CTCE	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>203.536</b>	<b>61.775</b>	<b>265.311</b>
(+) Atualização (1)	10.321	3.118	13.439
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	22.468	5.114	27.582
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(27.611)	(13.802)	(41.413)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>208.714</b>	<b>56.205</b>	<b>264.919</b>
(+) Atualização (1)	1.111	248	1.359
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	6.530	1.863	8.393
<b>Saldos em 31 de março de 2020</b>	<b>216.355</b>	<b>58.316</b>	<b>274.671</b>

(1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do período na controladora e consolidado.

(2) Ajustes a Valor Presente: refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e a controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado econômico-financeira no cenário da transação. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.

## Efeitos da Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado o fato que vários casos de contágio e disseminação da doença vem se espalhando por vários países ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, e autorizou a flexibilização, até 30 de junho de 2020, de algumas obrigações do contrato de concessão. Ao mesmo tempo, restringiu a suspensão do fornecimento de energia para clientes residenciais e serviços essenciais. As medidas de isolamento, combinado com as restrições a suspensão de fornecimento em razão de inadimplência a determinados grupos de consumidores, que vem provocando queda no consumo e na arrecadação das concessionárias de distribuição de energia elétrica das controladas.

Atenta aos efeitos causados pela pandemia na economia global e, notadamente na economia do Brasil, a Companhia e suas controladas adotaram medidas preventivas necessárias para minimizar tais efeitos em seus negócios, dentre as quais destacam-se:

### Pessoas

- Criação de um Comitê de Crise para avaliar de forma contínua os possíveis impactos e a eficácia das medidas adotadas pela Companhia e suas controladas além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes;
- Disponibilização de um canal de atendimento de saúde telefônico 24 horas por dia a todos os colaboradores e distribuição de máscaras para os colaboradores que atuam diretamente em contato com o público;
- Afastamento domiciliar monitorado em casos de colaboradores que apresentem os sintomas da Covid-19;
- Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho;
- Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento de colaboradores com turnos alternados para evitar desta forma exposição a aglomerações;
- Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade;
- Reforço na higienização dos ambientes de trabalho; e
- Redução da jornada de trabalho em 25% para parte dos colaboradores como medida de prevenção ao emprego seguindo as orientações da Medida Provisória 936/2020.

### Negócios

- Revisão do Plano de Investimentos para o ano de 2020 onde de forma prudente diante dos cenários de incertezas, a Companhia e suas controladas optaram por postergar investimentos na ordem de R\$272.600, ressaltando que foram preservados os investimentos essenciais para a continuidade das operações. As obras em andamento nas controladas distribuidoras de energia elétrica não sofreram impactos relevantes;
- Busca pela redução das despesas gerenciáveis entre 7% a 12% do volume registrado em 2019;
- Como resultado das projeções de inadimplência dos mercados onde as controladas operam, foi efetuado uma provisão para perdas esperadas de aproximadamente R\$17.157;
- Foram contratados novos empréstimos e liquidados outros que possuíam vencimentos ao longo do exercício de 2020;
- Considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia e suas controladas revisaram seus planejamentos estratégicos e sensibilizaram suas premissas quanto ao valor recuperável dos ativos em função dos novos cenários da pandemia, todavia, não foram identificados impactos relevantes em nossas informações financeiras trimestrais;
- As controladas EMT e EMS tiveram reajuste tarifário aprovado pela ANEEL em abril de 2020, todavia, tais reajustes foram suspensos até 30 de junho de 2020 e como contrapartida haverá o diferimento do recolhimento das quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE dos próximos três meses em iguais montantes financeiros; e
- Medidas de Assistência Governamental: (i) postergação do recolhimento das contribuições do Pis, Cofins e da Previdência das competências março e abril para os meses de agosto e outubro de 2020; (ii) postergação do recolhimento do FGTS das competências de março, abril e maio para pagamento em 6 parcelas iniciando em julho de 2020; (iii) postergação da compensação ao consumidor pela violação dos limites de DEC e FEC; e (iv) determinação do desconto de 100% do consumo de energia elétrica até 220 KWh/mês no período de 01 de abril a 30 de junho de 2020 em que as controladas, distribuidoras de energia elétrica, serão ressarcidas integralmente pelos recursos originários da conta CDE.

A Companhia e suas controladas seguem comprometidas com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades das regiões onde atua, bem é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

## 2. Elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias

---

### 2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019”), publicadas na imprensa oficial em 17 de março de 2020.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de maio de 2020.

### 2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB International Accounting Standards Board, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.3 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

## 3. Informações financeiras intermediárias consolidadas

---

As informações financeiras intermediárias consolidadas compreendem as informações financeiras intermediárias da Rede Energia e suas controladas. O controle é obtido quando a Rede Energia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, a Rede Energia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida).
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Rede Energia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Rede Energia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a mesma deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo Energisa, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.

Quando necessário, são efetuados ajustes nas informações financeiras intermediárias das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo Energisa. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras da Rede Energia e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		31/03/2020	31/12/2019
<b>Controladas diretas</b>			
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição de energia	76,67	76,67
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A. (1)	Distribuição de energia	57,67	57,67
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A. (1)	Distribuição de energia	64,01	64,01
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A. (1)	Distribuição de energia	99,25	99,25
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	Comerc. Energia	99,90	99,90
Rede Power Holding Energia S.A. (2)	Holding	99,99	99,99
QMRA Participações S.A.	Holding	100,00	100,00
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	99,90	99,90
<b>Controlada indireta</b>			
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. (1) e (2)	Distribuição de energia	35,92	35,92

(1) Companhia aberta

(2) A Rede Power é controlada pela Rede Energia e possui 35,92% de participação na controlada EMS.

#### Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

#### 4. Informações por segmento - consolidado

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição, teletendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

##### a) Informações sobre segmentos

	31/03/2020		
	Distribuição	Serviços	Total
Receitas Externas	2.564.673	-	2.564.673
Receitas Intersegmentos	-	9.740	9.740
<b>Total</b>	<b>2.564.673</b>	<b>9.740</b>	<b>2.574.413</b>
Receitas Financeiras	80.824	9.551	90.375
Despesas Financeiras	(177.805)	(22.825)	(200.630)
<b>Total</b>	<b>(96.981)</b>	<b>(13.274)</b>	<b>(110.255)</b>
Amortização e depreciação	160.796	477	161.273
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	200.823	(13.855)	186.968

	31/03/2019		
	Distribuição	Serviços	Total
Receitas Externas	2.687.737	-	2.687.737
Receitas Intersegmentos	-	8.280	8.280
<b>Total</b>	<b>2.687.737</b>	<b>8.280</b>	<b>2.696.017</b>
Receitas Financeiras	78.619	7.453	86.072
Despesas Financeiras	(94.399)	(10.255)	(104.654)
<b>Total</b>	<b>(15.780)</b>	<b>(2.802)</b>	<b>(18.582)</b>
Amortização e depreciação	152.341	419	152.760
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	378.132	4.773	382.905

	Distribuição	Serviços	31/03/2020	31/12/2019
<b>Ativos dos segmentos divulgáveis</b>	<b>19.061.203</b>	<b>1.168.371</b>	<b>20.229.574</b>	<b>18.720.544</b>
Ativo circulante	5.583.547	488.774	6.072.321	4.852.870
Ativo não circulante	13.477.656	679.597	14.157.253	13.867.674
<b>Passivos dos segmentos divulgáveis</b>	<b>13.970.679</b>	<b>1.437.624</b>	<b>15.408.303</b>	<b>14.019.879</b>
Passivo circulante	4.490.429	69.540	4.559.969	3.270.413
Passivo não circulante	9.480.250	1.368.084	10.848.334	10.749.466

## b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	31/03/2020	31/12/2019
<b>Receita</b>		
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	2.574.413	2.696.017
Eliminação de receitas intersegmentos	(9.740)	(8.280)
<b>Receita líquida consolidada</b>	<b>2.564.673</b>	<b>2.687.737</b>
<b>Amortização e depreciação</b>		
Amortização e depreciação total de segmentos divulgáveis	161.273	152.760
<b>Depreciação e amortização consolidada</b>	<b>161.273</b>	<b>152.760</b>
<b>Receita financeira</b>		
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	90.375	86.072
Eliminação de receitas intersegmentos	(6)	(5)
<b>Receita financeira consolidada</b>	<b>90.369</b>	<b>86.067</b>
<b>Despesa financeira</b>		
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(200.630)	(104.654)
Eliminação de despesa intersegmentos	6	5
<b>Despesa financeira consolidada</b>	<b>(200.624)</b>	<b>(104.649)</b>
<b>Lucros</b>		
Totais de lucros dos segmentos divulgáveis	186.968	382.905
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>186.968</b>	<b>382.905</b>

	31/03/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>		
Ativo total dos segmentos divulgáveis	20.229.574	18.720.544
Outros valores não alocados	(227.162)	(10.123)
<b>Total Ativo consolidado</b>	<b>20.002.412</b>	<b>18.710.421</b>
<b>Passivo</b>		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	15.408.303	14.019.879
Outros valores não alocados	(227.162)	(10.123)
<b>Total passivo consolidado</b>	<b>15.181.141</b>	<b>14.009.756</b>

## 5. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

### 5.1. Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2020 equivale a 100,0% do CDI (102,3% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários à vista	913	764	81.212	108.638
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	75.800	3.665	528.750	131.619
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	216.077	-
Compromissada <sup>(1)</sup>	75.800	3.665	312.673	131.619
<b>Total caixa e equivalentes de caixa - circulante</b>	<b>76.713</b>	<b>4.429</b>	<b>609.962</b>	<b>240.257</b>

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

## 5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de março de 2020 equivale a 67,8% do CDI (109,0% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
<b>Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>122.285</b>	<b>58.266</b>	<b>1.365.745</b>	<b>789.271</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	61.388	15.110
Fundos de Investimento <sup>(1)</sup>	31	30	25.903	26.003
<b>Fundos de Investimentos Exclusivos <sup>(2)</sup></b>	<b>122.254</b>	<b>58.237</b>	<b>1.179.640</b>	<b>651.117</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	265	1.331	21.404	15.023
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	26	149	2.079	1.688
Operações compromissadas	727	6.564	63.083	74.120
Títulos públicos	63.424	12.526	374.388	138.326
Fundo de Renda Fixa	1.836	11.283	158.925	127.398
Letra financeira do tesouro (LFT)	51.062	24.754	495.747	276.563
Letra financeira (LF)	-	20	-	223
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1.488	486	11.427	5.365
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	3.426	1.124	52.587	12.411
<b>Fundo de investimento em direitos creditórios <sup>(3)</sup></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>98.814</b>	<b>97.264</b>
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados <sup>(4)</sup></b>	<b>122.285</b>	<b>58.267</b>	<b>1.365.745</b>	<b>789.494</b>
Circulante	122.285	58.267	1.266.931	692.230
Não circulante	-	-	98.814	97.264

(1) Fundo de investimentos - Inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -484,4% a 85,6% (92,1% a 107,7% em 31 de dezembro de 2019) e média ponderada 42,2% (95% em 31 de dezembro de 2019) do CDI.

(2) Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, LFT, LTN, LF, NTNB são remuneradas a -10,3% do CDI Fundo Cataguases; 104,1% (105,2% em 31 de dezembro de 2019) do CDI Fundo FI Energisa e 15,1% (115,7% em 31 de dezembro de 2019) do CDI Fundo Zona da Mata.

(3) Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034.

(4) Inclui na controladora R\$31 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2019) e no consolidado, R\$186.128 (R\$138.402 em 31 de dezembro de 2019) referente a recursos vinculados, conforme segue:

Recursos vinculados	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Depósito judicial credores	31	30	2.361	2.174
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	-	-	98.814	97.264
Luz para todos	-	-	82.577	36.866
Outros	-	-	2.376	2.098
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>30</b>	<b>186.128</b>	<b>138.402</b>

## 6. Clientes, consumidores e concessionárias - consolidado

Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das informações financeiras intermediárias.

	Saldo a vencer		Saldo vencidos				PPECLD (6)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		31/03/2020	31/12/2019
<b>Valores correntes:</b>									
Residencial	238.013	-	295.011	40.977	9.426	12.709	(72.611)	523.525	526.565
Industrial	91.316	-	29.238	6.914	6.377	23.437	(24.520)	132.762	154.709
Comercial	160.714	-	80.117	13.750	10.826	23.623	(37.308)	251.722	254.049
Rural	84.400	-	42.211	10.857	2.007	4.561	(6.537)	137.499	138.794
Poder público	59.869	-	21.564	3.094	622	4.723	(5.616)	84.256	82.164
Iluminação pública	15.761	-	13.415	1.815	710	2.709	(2.982)	31.428	22.379
Serviço público	31.771	-	3.610	2.091	1.362	50.513	(51.087)	38.260	42.023
Fornecimento não faturado	757.399	-	-	-	-	-	-	757.399	722.707
Arrecadação Processo Classificação	11.651	-	-	-	-	-	-	11.651	19.244
<b>Valores renegociados:</b>									
Residencial	15.327	35.740	10.910	4.818	4.280	34.788	(54.796)	51.067	50.021
Industrial	3.684	10.688	1.735	827	1.034	10.525	(15.314)	13.179	11.986
Comercial	6.109	53.565	4.177	1.519	1.912	11.750	(31.584)	47.448	49.688
Rural	4.214	12.491	2.357	931	702	3.376	(11.908)	12.163	12.805
Poder público <sup>(1)</sup>	10.840	126.616	2.666	431	61	1.175	(2.317)	139.472	146.186
Iluminação pública	1.177	11.130	431	-	164	7	(172)	12.737	14.182
Serviço público	274	576	40	40	3.090	280	(3.529)	771	701
(-) Ajuste valor presente <sup>(2)</sup>	(315)	(32.667)	-	-	-	-	-	(32.982)	(38.675)
<b>Subtotal -clientes</b>	<b>1.492.204</b>	<b>218.139</b>	<b>507.482</b>	<b>88.064</b>	<b>42.573</b>	<b>184.176</b>	<b>(320.281)</b>	<b>2.212.357</b>	<b>2.209.528</b>
Suprimento Energia - Moeda Nacional <sup>(3)</sup>	45.282	-	-	-	-	21.027	-	66.309	105.702
Outros <sup>(5)</sup>	2.483	-	226.212	26.288	2.284	139.148	(17.830)	378.585	350.559
Redução do uso do sistema de distribuição <sup>(4)</sup>	-	-	-	-	-	12.201	-	12.201	12.201
<b>Total</b>	<b>1.539.969</b>	<b>218.139</b>	<b>733.694</b>	<b>114.352</b>	<b>44.857</b>	<b>356.552</b>	<b>(338.111)</b>	<b>2.669.452</b>	<b>2.677.990</b>
Circulante								2.139.196	2.171.886
Não Circulante								530.256	506.104

(1) Inclui R\$88.172 (R\$89.929 em 31 de dezembro de 2019), referente a renegociação realizada em 03 de agosto de 2016 em que a controlada EMT assinou com a Prefeitura Municipal de Cuiabá e com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, líquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor em incidência de juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão (abril/2042).

(2) Ajuste a valor presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 3,96% a.a. (4,60% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

(3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição dos saldos da CCEE	31/03/2020	31/12/2019
Créditos a vencer	45.282	84.675
Créditos vinculados a liminares <sup>(a)</sup>	21.027	21.027
<b>Subtotal créditos CCEE</b>	<b>66.309</b>	<b>105.702</b>
(-) Aquisições de energia na CCEE	(100.978)	(175.402)
(-) Encargos de serviços do sistema	(1.660)	(1.998)
<b>Total débitos CCEE</b>	<b>(36.329)</b>	<b>(71.698)</b>

(a) Valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. As controladas EMS, ETO e ESS não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos

vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

- (4) Os valores objetivam recompor a receita da controlada EMT referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 31 de dezembro de 2019), suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida de outros passivos no consolidado.
- (5) ICMS - as controladas EMT, EMS, ESS e ETO possuem R\$351.253 (R\$325.853 em 31 de dezembro de 2019) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, incidentes sobre a demanda de energia, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais (nota explicativa nº 24) no passivo não circulante no consolidado. Inclui, também, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.
- (6) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - a provisão foi constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Cabe esclarecer de que na constituição de perdas esperadas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência que neste momento estão agravadas pelo cenário da pandemia do Covid-19 onde a suspensão do fornecimento de energia elétrica pelas concessionárias foi proibida pelo regulador como uma medida de proteção aos consumidores dado o caráter essencial do consumo de energia elétrica. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência pelo cenário exposto, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas, uma vez que as concessionárias voltarão a ter a possibilidade de suspensão da energia após 01/07/2020 já que o prazo para o desligamento da energia elétrica por não pagamento se encerra em 30/06/2020. Outro fator atenuante são as medidas de auxílio as concessionárias sinalizadas pelo regulador como contrapartida ao socorro dado aos consumidores como já anteriormente exposto. Em resumo, além da base histórica como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia e suas controladas para cálculo final das perdas esperadas.

Segue movimentação das provisões:

	31/03/2020	31/12/2019
<b>Saldos em 31/12/2019 e 31/12/2018</b>	<b>378.079</b>	<b>319.890</b>
Provisão constituída no período	72.695	138.036
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(30.806)	(79.847)
<b>Saldos em 31/03/2020 e 31/12/2019</b>	<b>419.968</b>	<b>378.079</b>
<b>Alocação:</b>		
Cientes, consumidores e concessionárias	338.111	296.222
Títulos de créditos a receber (vide nota explicativa nº 7)	69.655	69.655
Outros créditos-outros (uso mútuo de postes) vide nota explicativa nº12	12.202	12.202
	<b>419.968</b>	<b>378.079</b>

## 7. Títulos de créditos a receber

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá <sup>(1)</sup>	10.109	10.943
Precatório de Órgãos Públicos Municipais <sup>(1)</sup>	67.780	67.780
Títulos de créditos a receber <sup>(1,2,3,4 e 5)</sup>	40.327	40.672
Ajuste a valor presente <sup>(1, 3 e 4)</sup>	(22.630)	(22.797)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa <sup>(1,2,3 e 4)</sup>	(69.655)	(69.655)
	<b>25.931</b>	<b>26.943</b>
Circulante	16.012	16.275
Não circulante	9.919	10.668

Em 31 de março de 2020, os vencimentos dos títulos de créditos são como segue:

	Consolidado (*)
Vencidos	15.992
2020	5.283
2021	6.625
2022	861
2023 em diante	66.825
<b>Total</b>	<b>95.586</b>

(\*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

## Controlada EMT

### (1) Precatórios de Órgãos Públicos Municipais

Processo execução de precatórios PM de Cuiabá - R\$10.189 (R\$10.943 em 31 de dezembro de 2019):

- (i) Títulos precatórios referente a Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. O montante dos títulos de R\$10.109 (R\$10.943 em 31 de dezembro de 2019) encontra-se em processo de recebimento, tendo sido já recebidos 44 parcelas, restando 22 parcelas fixas de R\$500, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês, e a última parcela, de nº 67, no valor de R\$183.

Outros Precatórios de Órgãos Públicos Municipais:

Prefeituras	31/03/2020	31/12/2019
Prefeitura Municipal de Alta Floresta (ii)	3.042	3.042
Prefeitura Municipal de Cáceres	4.021	4.021
Prefeitura Municipal de Juscimeira	4.127	4.127
Departamento de água e Esgoto de Várzea Grande - DAE VG	56.590	56.590
<b>Total</b>	<b>67.780</b>	<b>67.780</b>

(ii) Inclui ajuste a valor presente no valor de R\$60 referente ao precatório de Alta Floresta.

- (iii) Referem-se a títulos precatórios de Órgãos Públicos Municipais, que após condenação judicial definitiva dos devedores resultou na expedição dos precatórios conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica, referente ao de julho de 1998 a junho de 2014 no montante R\$67.780 (R\$67.780 em 31 de dezembro de 2019), vencidos a partir de 27 de julho de 1998. O montante foi transferidos da rubrica de clientes, consumidores e concessionárias e todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado. Do montante, R\$64.738 (R\$64.738 em 31 de dezembro de 2019) encontra-se provisionado.

### (2) Crédito de carbono:

Aquisição de crédito de carbono realizado em 16 de julho de 2008 junto a Companhia Técnica de Comercialização de Energia apresentando em 2019 saldo de R\$1.625 (R\$1.625 em 31 de dezembro de 2019) que se encontra totalmente provisionado.

### (3) Controlada ESS:

- (i) A controlada ESS, adquiriu em 2003, R\$44.034 (R\$44.034 em 31 de dezembro de 2019), créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A controlada ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a controlada ESS desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da controlada. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R\$21.400 (R\$21.400 em 31 de dezembro de 2019) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R\$22.633 (R\$22.633 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Inclui convênio de arrecadação, uso mutuo de postes e outros no montante de R\$3.112 (R\$3.231 em 31 de dezembro de 2019). A controlada constituiu perdas de valor recuperável de uso mútuo de postes de R\$762 (R\$762 em 31 de dezembro de 2019).

(iii) Refere-se a títulos precatórios de Prefeituras no montante de R\$852 (R\$852 em 31 de dezembro de 2019), que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios. A controlada constituiu perda do valor recuperável do precatório no montante de R\$290 (R\$290 em 31 de dezembro de 2019).

**(4) Controlada ETO:**

A controlada ETO registrou o montante de R\$11.240 (R\$11.466 em 31 de dezembro de 2019), como segue:

(i) R\$7.862 (R\$8.088 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a títulos precatórios de Prefeituras, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios, conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica.

Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado, por consequência os precatórios foram formados e são como segue:

Prefeituras	31/03/2020	31/12/2019
Paraíso	1.527	1.527
Taguatinga	3.719	3.945
Divinópolis	258	258
Miranorte	386	386
Porto Nacional	651	651
Sítio Novo	-	771
Santa Fé do Araguaia	1.031	260
Outras	290	290
<b>Total</b>	<b>7.862</b>	<b>8.088</b>

A controlada constituiu perda de valor recuperável no montante de R\$2.227 (R\$2.227 em 31 de dezembro de 2019).

(ii) Inclui R\$3.029 (R\$3.029 em 31 de dezembro de 2019), inclui créditos de contas de energia elétrica vencidas e não pagas, decorrentes de ação de cobrança ajuizada contra o devedor Itafós Mineração S/A, julgada procedente e transitada em julgado, sendo que os créditos foram integralmente habilitados nos autos do Processo de Recuperação Extrajudicial da devedora nº 0000459-40.2016.827.2709, homologado em 29 de agosto de 2016, e tramita perante a 1ª Vara Cível de Arraias - TO e o montante de R\$349 (R\$349 em 31 de dezembro de 2019) referente à outros títulos de créditos.

A Administração da controlada ETO, constituiu perda de valor recuperável no montante de R\$13 e provisão de ajuste a valor presente sobre os títulos de crédito a receber no valor de R\$77 (R\$137 em 31 de dezembro de 2019) registrados em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do período no consolidado.

**(5) Outras controladas:**

(i) R\$864 (R\$864 em 31 de dezembro de 2019), outros títulos a receber junto a terceiros, pela controlada CTCE.

## 8. Dividendos a receber

Segue demonstrativo de dividendos a receber das controladas:

Controladas	Controladora	Controladora
	31/03/2020	31/12/2019
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	99.660	-
Rede Power Holding Energia S.A.	31.074	-
Multi Energisa Serviços S/A	11.559	2.890
Energisa Sul Sudeste S/A	22.258	-
<b>Total - Circulante</b>	<b>164.551</b>	<b>2.890</b>

## 9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	204.758	176.113
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	32.819	30.919	367.527	345.116
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	1.472	1.411	98.074	93.377
Contribuições ao PIS e a COFINS	-	-	67.987	73.149
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo Pis e Cofins (*)	-	-	221.956	212.704
Outros	2.092	826	33.745	31.137
<b>Total</b>	<b>36.383</b>	<b>33.156</b>	<b>994.047</b>	<b>931.596</b>
Circulante	19.935	9.573	537.586	488.126
Não circulante	16.448	23.583	456.461	443.470

(\*) A controlada ETO constituiu no exercício de 2019 créditos de PIS e de COFINS a recuperar de R\$212.704 referente a redução do ICMS na base de cálculo após suas ações transitarem em julgado, baseado na melhor estimativa da Administração. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, totalizando no período R\$221.956. A controlada está estabelecendo procedimentos de recuperação de créditos tributários de acordo com as normas legais, tão logo seja finalizado suas apurações, conforme nota explicativa nº 30.

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em períodos posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

## 10. Reajustes, Revisões Tarifárias e outros assuntos - consolidado

### 10.1. Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.570, de 09/07/2019	1,30%	12/07/2019
ETO	Resolução 2.567, de 02/07/2019	-0,33%	04/07/2019
EMT	Resolução 2.527, de 02/04/2019	11,29%	08/04/2019
EMS	Resolução 2.525, de 02/04/2019	12,39%	08/04/2019

### 10.2. Revisões tarifárias:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: a cada cinco anos na ETO, EMT, EMS e ESS.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS (*)	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
EMS	Resolução 2.380, de 03/04/2018	9,87%	08/04/2018
EMT	Resolução 2.379, de 03/04/2018	11,53%	08/04/2018
ETO	Resolução 2.105, de 28/06/2016	12,81%	04/07/2016

(\*) Em 30 de junho de 2017 a ESS, incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB. A ANEEL através Resolução Autorizativa nº 6.318 e Resolução Homologatória 2.271, de 11 de junho de 2017, aprovou o primeiro índice de reajuste tarifário da Energisa Sul Sudeste, que passou a ter uma tarifa única, sendo que, dado que as distribuidoras anteriormente possuíam tarifas distintas, o efeito médio percebido pelos consumidores da nova concessão agrupada neste primeiro ano foi diferenciado.

### 10.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;

Bandeira Tarifária Amarela;

Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passou a ser R\$ 1,34 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$4,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passou a ser R\$ 4,16 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$6,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passou a ser R\$ 6,24 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Em 21 de maio de 2019, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.551, com vigência a partir de junho/2019, aprovou a alteração dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, conforme mencionado acima.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.628, de 22 de outubro de 2019, a ANEEL alterou os valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, a partir da competência novembro, conforme mencionado acima.

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	31/03/2020	31/12/2019
Janeiro	Amarela	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde

#### 10.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação das distribuidoras controladas é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, as controladas, recorreram a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

Para o exercício de 2020 em função da pandemia, algumas distribuidoras do Grupo Energisa vêm apresentando um excedente ao limite regulatório (100% e 105%), limite este que deve ser majorado pelo Poder Concedente, dada a involuntariedade do momento. De qualquer modo, o Grupo vem envidando seus melhores esforços utilizando-se dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) Mensais e de Energia Nova, bem como a realização de acordos bilaterais com geradores.

No período findo em 31 de março de 2020, os valores envolvidos de ganho do Grupo montam em R\$3.564 (R\$ 3.564 em 31 de dezembro de 2019) que deverão ser compensados.

#### 11. Ativos e Passivos financeiros setoriais - consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2019	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transfêrência	Saldos em 31/03/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A <sup>(1)</sup></b>										
Energia elétrica comprada para revenda	382.803	1.941	(150.242)	(1.925)	-	232.577	49.434	183.143	213.297	19.280
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	4.526	-	(2.633)	-	(457)	1.436	1.436	-	1.436	-
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	76.686	28.967	(6.815)	677	-	99.515	4.777	94.738	93.522	5.993
Transporte de Energia Elétrica Itaipu	11.753	2.561	(2.542)	88	-	11.860	697	11.163	11.186	674
Encargos de serviços de Sistemas (ESS)										
Conta de Desenvolvimento Energético CDE	94.432	15.980	(25.680)	786	-	85.518	12.016	73.502	79.334	6.184
<b>Componentes financeiros</b>										
<b>Neutralidade da Parcela A <sup>(3)</sup></b>										
Sobrecontratação de energia <sup>(4)</sup>	5.595	10.833	(4.189)	53	(4.541)	7.751	326	7.425	5.885	1.866
CUSD	309	125	(144)	2	-	292	108	184	285	7
Exposição de submercados <sup>(6)</sup>	173.779	(127)	(28.913)	1.289	-	146.028	17.307	128.721	140.593	5.435
Garantias <sup>(7)</sup>	2.547	565	(506)	29	-	2.635	376	2.259	2.230	405
Saldo a compensar <sup>(8)</sup>	3.320	9.528	(1.946)	(106)	(2.215)	8.581	438	8.143	8.423	158
Outros itens financeiros <sup>(9)</sup>	1.722	-	(859)	-	-	863	187	676	682	181
<b>Total Ativo</b>	<b>757.472</b>	<b>70.373</b>	<b>(224.469)</b>	<b>893</b>	<b>(7.213)</b>	<b>597.056</b>	<b>87.102</b>	<b>509.954</b>	<b>556.873</b>	<b>40.183</b>

Passivos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2019	Despesa Operacional		Resultado Financeiro	Transfêrência	Saldos em 31/03/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A <sup>(1)</sup></b>										
Encargos de Serviços de Sistema - ESS <sup>(2)</sup>	219.031	46.576	(64.904)	1.282	-	201.985	26.084	175.901	190.466	11.519
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	696	-	(646)	-	-	50	50	-	50	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu										
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	7.254	-	57	(457)	6.854	-	6.854	6.110	744
<b>Componentes financeiros</b>										
<b>Neutralidade da Parcela A <sup>(3)</sup></b>										
Sobrecontratação de energia <sup>(4)</sup>	115.465	(14.826)	(37.435)	715	(4.541)	59.378	15.195	44.183	54.231	5.147
Devoluções Tarifárias <sup>(5)</sup>	171.839	19.965	(3.366)	1.215	-	189.653	3.763	185.890	3.763	185.890
CUSD	1.840	447	(891)	58	-	1.454	901	553	1.443	11
Saldo a compensar <sup>(8)</sup>	12.020	4.049	(1.021)	(261)	(2.215)	12.572	1.142	11.430	11.287	1.285
<b>Total Passivo</b>	<b>577.542</b>	<b>81.649</b>	<b>(120.506)</b>	<b>3.823</b>	<b>(7.213)</b>	<b>535.295</b>	<b>52.426</b>	<b>482.869</b>	<b>327.877</b>	<b>207.418</b>
<b>Saldo Líquido</b>	<b>179.930</b>	<b>(11.276)</b>	<b>(103.963)</b>	<b>(2.930)</b>	<b>-</b>	<b>61.761</b>	<b>34.676</b>	<b>27.085</b>	<b>228.996</b>	<b>(167.235)</b>

- Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA):** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.
- Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente):** a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
- Devoluções tarifárias:** refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriadas em passivos financeiros setoriais e atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP).
- Exposição de submercados:** representa o ganho financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrente da transferência de energia entre submercados.

- (7) **Garantias financeiras:** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.
- (8) **Saldo a compensar da CVA do ciclo anterior:** conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.
- (9) **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc.

## 12. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Subvenção Baixa renda <sup>(1)</sup>	-	-	27.487	27.222
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	140.819	144.891
Ordens de desativação em curso <sup>(2)</sup>	-	-	(6.550)	(7.209)
Ordens de serviços em curso e outros	-	-	9.492	9.223
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	1.338	1.374
Adiantamentos a fornecedores e empregados	301	87	21.236	19.948
Subvenção CDE - Desconto Tarifário <sup>(3)</sup>	-	-	87.345	104.344
Banco Daycoval <sup>(4)</sup>	-	-	176.791	176.791
Provisão p/ perdas Banco Daycoval <sup>(4)</sup>	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA <sup>(5)</sup>	-	2.771	83.545	90.106
(-) Ajuste a valor presente - CELPA <sup>(5)</sup>	-	-	(28.960)	(29.635)
Sub-rogação do CCC <sup>(6)</sup>	-	-	19.136	19.909
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos <sup>(7)</sup>	-	-	30.862	28.131
Padrão de Energia	-	-	3.260	3.260
Despesas pagas antecipadamente	-	-	34.077	37.929
Créditos a receber de terceiros	1.663	1.663	4.782	4.782
Créditos Eletrobrás - LPT <sup>(8)</sup>	-	-	18.365	18.365
Provisões de créditos - Eletrobrás LPT	-	-	(13.138)	(13.138)
Créditos Fiscais	-	-	3.962	3.962
Aquisição de combustível para conta CCC <sup>(9)</sup>	-	-	78.461	99.069
Outros <sup>(10)</sup>	5.616	7.860	20.372	22.250
<b>Total</b>	<b>7.580</b>	<b>12.381</b>	<b>535.891</b>	<b>584.783</b>
Circulante	4.655	7.211	463.020	507.368
Não circulante	2.925	5.170	72.871	77.415

- (1) **Subvenção Baixa renda - consolidado:** esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. Os saldos em aberto referem-se as provisões de fevereiro e março de 2020, sobre os quais a Administração não espera apurar perdas na realização em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção baixa renda	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
<b>SalDOS consolidados em 31/12/2018</b>	<b>8.831</b>	<b>7.097</b>	<b>7.893</b>	<b>4.446</b>	<b>28.267</b>
Subvenção baixa renda	43.494	40.276	39.581	19.213	142.564
Ressarcimento pela CCEE	(44.018)	(40.399)	(39.865)	(19.327)	(143.609)
<b>SalDOS consolidados em 31/12/2019</b>	<b>8.307</b>	<b>6.974</b>	<b>7.609</b>	<b>4.332</b>	<b>27.222</b>
Subvenção baixa renda	12.713	10.362	11.596	5.003	39.674
Ressarcimento pela CCEE	(12.588)	(10.409)	(11.435)	(4.977)	(39.409)
<b>SalDOS consolidados em 31/03/2020</b>	<b>8.432</b>	<b>6.927</b>	<b>7.770</b>	<b>4.358</b>	<b>27.487</b>

- (2) **Ordem de desativação em curso -consolidado:** refere-se às ordens de desativação em curso nas controladas, em que os ativos retirados das linhas e redes foram devolvidos aos almoxarifados, porém o processo de fechamento das ordens não foi concluído, o que ocorrerá no próximo período.
- (3) **Subvenção CDE - Desconto tarifário - consolidado:** refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de

distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada período. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do período seguinte.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção CDE	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
Saldos consolidados em 31/12/2018	54.442	12.864	27.099	20.359	114.764
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	283.960	73.552	164.698	112.470	634.680
Ressarcimento pela CCEE	(298.746)	(71.898)	(171.548)	(102.908)	(645.100)
Saldos consolidados em 31/12/2019	39.656	14.518	20.249	29.921	104.344
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	76.120	17.695	40.017	11.368	145.200
Ressarcimento pela CCEE	(74.558)	(18.535)	(44.107)	(24.999)	(162.199)
Saldos consolidados em 31/03/2020	41.218	13.678	16.159	16.290	87.345

(4) **Banco Daycoval:** refere-se ao valor transferido pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia Participações S.A., em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, EMS e ESS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

O saldo está provisionado por se tratar de um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle das controladas.

(5) **Créditos a receber CELPA:** crédito que a Companhia e as controladas diretas EMT, ETO, EMS e ESS, e Multi Energisa tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intra-grupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power Holding Energia S.A., até onde se compensarem, que passará a responder perante às Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power Holding Energia S.A. e o restante tiveram seus recebimentos iniciados em parcelas semestrais em 30 de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034.

(6) **Sub-rogação CCC:** a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					31/03/2020	31/12/2019
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	16.676	15.578	16.204
Sistema de Transmissão Rondolandia	em serviço	10.203	4.613	4.574	39	39
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	1.396	3.519	3.666
<b>Total</b>		<b>53.125</b>	<b>41.782</b>	<b>22.646</b>	<b>19.136</b>	<b>19.909</b>
<b>Circulante</b>					<b>3.893</b>	<b>5.481</b>
<b>Não Circulante</b>					<b>15.243</b>	<b>14.428</b>

(7) **Créditos a receber de terceiros:** Refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

(8) **Crédito a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A:**

- A controlada ETO reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, créditos a receber no montante de R\$16.166 referente às liberações finais da 4ª e 5ª Tranche da subvenção econômica do Programa Luz Para Todos prevista no Contrato Nº ECFS-343/2013 firmado em 19/12/2013 com Eletrobrás, em face da finalização do processo de prestação de contas, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa, tendo como contra partida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a controlada ETO efetuou a baixa na totalidade do valor a receber em contrapartida a rubrica de Obrigações vinculadas a concessão.

- A controlada EMT possui créditos a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás, em função do Contrato nº ECFS-348/2014, firmando em 07 de agosto de 2014. O montante diz respeito às liberações finais da 6ª Tranche da subvenção econômica prevista no citado instrumento, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa Luz Para Todos, tendo como contrapartida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica.

(9) **Aquisição de combustível da conta CCC:** a controlada EMT possui saldos a receber referente a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, sendo que a ANEEL através da Nota Técnica nº 01/2018-SFF de 03 de janeiro de 2018 e nº 36/2019-SFF de 12 de março de 2019 detalhou a metodologia estabelecida para a fiscalização e efetuou o reprocessamento mensal dos benefícios referente ao período de 30 de julho de 2009 a 30 de abril de 2017, demonstrou as análises técnicas das informações colhidas sobre contratos de compra de energia

e potência, de combustíveis, as medições de grandezas elétricas e de combustíveis e os tratamentos regulatórios dados acerca das manifestações da empresa, no intuito de apurar eventual ativo ou passivo da beneficiária, no âmbito das regras da Resolução Normativa nº 427/2011. No exercício de 2019 foram reconhecidos o montante de R\$44.329, sendo: R\$30.885 na rubrica custo do serviço de operação - outros e R\$13.444 registrado no resultado financeiro na rubrica de outras receitas financeiras. O total a ser ressarcido pela CCEE, foi dividido em 12 parcelas mensais e consecutivas de R\$ 8.163 atualizadas pelo IPCA. No período findo em 31 de março de 2020 foram recebidas 3 parcelas e o saldo da conta monta em R\$ 78.461 (R\$99.069 em 31 de dezembro de 2019).

(10) **Outros:** Inclui provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$12.202 (R\$12.202 em 31 de dezembro de 2019).

### 13. Transações com partes relacionadas

A Rede Energia Participações S/A é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A que participa com 70% no capital social. A Denerge é controlada pela Energisa S/A (99,97%). A Energisa é controladora direta da Energisa Participações Minoritárias S/A (85,31%) que por sua vez possui participação direta na Rede Energia Participações S/A de 29,57% e na Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A com 39,82%.

A Energisa S/A também possui controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO), Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC), Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda, Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A, Energisa Geração Usina Maurício S/A, Parque Eólico Sobradinho Ltda, Energisa Comercializadora de Energia Ltda, além das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/ que conferem à Energisa S/A o controle indireto das transmissoras Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A e Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A e Alsol Energias Renováveis S.A. (Alsol), que conferiu controle indireto na Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda. (Laralsol).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados a seguir:

Controladora:

	31/03/2020		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Mútuos</b>				
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”)	181	-	179	-
. QMRA Participações S/A (“QMRA”)	248	-	244	-
. Centrais Elétricas de Rondônia S/A (“ERO”)	239.775	-	380.323	-
. Companhia de Eletricidade do Acre (“EAC”)	377.737	-	316.370	-
. Energisa Participações Minoritárias S.A.	-	540.002	-	531.916
<b>Total - não circulante</b>	<b>617.941</b>	<b>540.002</b>	<b>697.116</b>	<b>531.916</b>

Condições dos contratos:

Mútuos	Taxa Nominal	Vencimento
Energisa Participações Minoritárias S/A <sup>(1)</sup>	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/12/2020
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	100% do CDI	04/05/2020
QMRA Participações S/A <sup>(1)</sup>	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/01/2021
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON) <sup>(1)</sup>	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/04/2022
Companhia de Eletricidade do Acre (ELETROACRE) <sup>(1)</sup>	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/04/2022
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/04/2022

(1) Os mútuos possuem prazo de 24 meses, exceto ERO e EAC, que possuem prazo de 36 meses, nos termos de contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média CDI+ 0,4893% (CDI + 0,6051% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

Os créditos a receber da Companhia, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperada nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordado entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto fica mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final de cada período as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano.

Transações efetuadas durante o período pela Companhia, referente a atualização dos contratos:

Controladas, Coligadas e Controladoras	Receitas / (-) Despesas financeira
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	2
QMRA Participações S/A	4
Energisa S/A	(4.832)
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	4.974
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	4.999
Energisa Participações Minoritárias S/A	(7.847)
<b>Total em 31/03/2020</b>	<b>(2.700)</b>
<b>Total em 31/03/2019</b>	<b>(2.889)</b>

Consolidado:

		Ativos		
		Rede Energia	31/03/2020	31/12/2019
ERO	Mútuo	239.775	239.775	380.323
EAC	Mútuo	377.737	377.737	316.370
		<b>617.512</b>	<b>617.512</b>	<b>696.693</b>

Saldos dos passivos:

		Passivos								
		Rede Energia	CTCE	QMRA	Energisa Tocantins (1)	Energisa Mato Grosso (1)	Energisa Sul-Sudeste (1)	Energisa Mato Grosso do Sul (1)	31/03/2020	31/12/2019
Energisa-RJ (2)	Créditos adquiridos - RJ	-	1.085	60	-	-	-	-	1.145	1.068
Energisa S.A.	Debêntures	-	-	-	222.604	329.480	216.354	152.895	921.333	904.196
Energisa Participações Minoritárias S/A	Mútuo	540.002	-	-	-	-	-	-	540.002	531.916
		<b>540.002</b>	<b>1.085</b>	<b>60</b>	<b>222.604</b>	<b>329.480</b>	<b>216.354</b>	<b>152.895</b>	<b>1.462.480</b>	<b>1.437.180</b>
Energisa Participações Minoritárias S/A	Adiantamento para futuro aumento de capital (3)									445.310

(1) Em 2017 as controladas ETO, EMT, EMS e ESS emitiram Debêntures em moeda corrente com condições e vencimentos conforme nota explicativa nº 22. Em 31 de março de 2020 o valor atualizado é de R\$921.333 (R\$904.196 em 31 de dezembro de 2019).

(2) Créditos a receber da Companhia, adquiridos dos credores.

(3) Os recursos destinados a futuro aumento de capital não são remunerados, contabilizado diretamente no patrimônio líquido, serão capitalizados em abril de 2020.

Transações efetuadas durante o período pela Companhia e suas controladas.

Empresas	Receitas / (-) Despesas financeira						31/03/2020	31/03/2019
	Rede Energia	CTCE	Energisa Tocantins	Energisa Mato Grosso	Energisa Sul-Sudeste	Energisa Mato Grosso do Sul		
Energisa	(4.832)	(16)	-	-	-	-	(4.848)	(4.812)
Energisa Debêntures	-	-	(4.140)	(6.898)	(4.171)	(1.929)	(17.138)	(18.123)
EEVP Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	565
Denerge Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	1.334
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A Mútuo	4.974	-	-	-	-	-	4.974	-
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A Mútuo	4.999	-	-	-	-	-	4.999	-
Energisa Participações Minoritárias S/A Mútuo	(7.847)	-	-	-	-	-	(7.847)	-
	<b>(2.706)</b>	<b>(16)</b>	<b>(4.140)</b>	<b>(6.898)</b>	<b>(4.171)</b>	<b>(1.929)</b>	<b>(19.860)</b>	<b>(21.036)</b>

Empresas	Serviços Contratados				31/03/2020	31/03/2019
	Energisa Soluções Construções S/A <sup>(1)</sup>	Energisa Soluções S/A <sup>(1)</sup>	Multi Energisa <sup>(1)</sup>	Energisa S/A <sup>(2)</sup>		
Multi Energisa	-	-	-	511	511	487
ESS	6.327	1.009	868	6.781	14.985	14.504
EMT	13.514	2.299	2.403	13.539	31.755	28.289
EMS	3.428	464	3.420	8.135	15.447	15.972
ETO	5.626	940	1.138	5.712	13.416	14.287
EPB	-	-	1.100	-	1.100	1.202
EBO	-	-	137	-	137	148
EMG	-	-	424	-	424	378
ENF	-	-	128	-	128	77
ESE	-	-	475	-	475	397
EAC	-	-	474	-	474	-
ERO	-	-	715	-	715	-
	<b>28.895</b>	<b>4.712</b>	<b>11.282</b>	<b>34.678</b>	<b>79.567</b>	<b>75.741</b>

(1) As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas e redes, subestações, engenharia e de projetos, e tele atendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica, estão suportados por contratos que foram homologados pela ANEEL.

(2) Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos, prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. Os contratos de compartilhamento foram firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL, e comissão de aval de garantias para contratos das controladas de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a.

### Remuneração dos administradores:

	Controlada	Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	14	336	335
Remuneração da Diretoria	-	2.244	2.090
Outros Benefícios (*)	3	1.233	1.066

(\*) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiro relativas ao mês de março foram de R\$69 e R\$2 no consolidado (R\$5 e R\$5 na controladora e R\$89 e R\$2 no consolidado em 31 de março de 2019). A remuneração média mensal no período findo em 31 de março de 2020 foi de R\$20 no consolidado (R\$5 na controladora e R\$36 no consolidado em 31 de março de 2019).

#### Programa de Remuneração Variável (ILP)

As controladas ofereceram aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos das controladas a ser pago em Units da controladora Energisa S.A., até o limite previsto de 0,5% do capital social da Controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho das controladas. O plano foi aprovado pela Controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, as controladas possuem um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (Total Shareholder Return - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

O 1º programa foi aprovado em 10 de maio de 2018 com limite de pagamento previsto de até 93.822 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 02 de maio de 2018. O 2º programa foi aprovado em 9 de maio de 2019 com limite de pagamento previsto de até 73.546 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 10 de maio de 2019. Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de março de 2020.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, as controladas apuraram o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

#### Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas:

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	2º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas <sup>(a)</sup>	89.854	73.546
Prazo de carência	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco <sup>(b)</sup>	8,20%	7,70%
Volatilidade <sup>(c)</sup>	25,61%	23,98%
Valor justo na data da outorga	R\$27,68	R\$34,07

(a) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022).

(b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o Total Shareholder Return (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.

No período findo em 31 de março de 2020, foram contabilizados R\$315 (R\$87 em 31 de março de 2019) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado na rubrica de despesas operacionais. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido acumula em 31 de março de 2020 R\$1.797 (R\$1.482 em 31 de dezembro de 2019).

#### 14. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Informações financeiras intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia e suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas informações financeiras intermediárias de R\$617.601 na controladora e R\$1.220.246 no consolidado (R\$613.815 e R\$1.217.832, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019).

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>		
Prejuízos fiscais	256.807	191.588
Base negativa da contribuição social	93.244	69.754
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	494.167	485.659
Contribuição Social	177.900	174.837
<b>Total - ativo não circulante</b>	<b>1.022.118</b>	<b>921.838</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
<b>Passivo</b>				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	274.654	275.797	1.270.126	1.169.537
Contribuição Social	98.875	99.287	457.246	421.034
<b>Total - passivo não circulante</b>	<b>373.529</b>	<b>375.084</b>	<b>1.727.372</b>	<b>1.590.571</b>
<b>Total passivo não circulante Líquido</b>	<b>(373.529)</b>	<b>(375.084)</b>	<b>(705.254)</b>	<b>(668.733)</b>

As diferenças temporárias são como segue:

	Controladora			
	31/03/2020		31/12/2019	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
<b>Ativo/Passivo</b>				
Ajustes a valor presente	(1.025.372)	(348.626)	(1.029.944)	(350.181)
Deságio sobre investimento	(73.244)	(24.903)	(73.244)	(24.903)
<b>Total Passivo Não Circulante</b>	<b>(1.098.616)</b>	<b>(373.529)</b>	<b>(1.103.188)</b>	<b>(375.084)</b>

	Consolidado			
	31/03/2020		31/12/2019	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo/Passivo</b>				
Prejuízos fiscais	1.027.226	256.807	766.352	191.588
Base negativa da contribuição social	1.036.042	93.244	775.048	69.754
Créditos fiscais - ágio	83.434	28.368	86.125	29.283
Provisão ajuste atuarial	316.198	107.507	309.948	105.382
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias.	294.536	100.142	291.878	99.239
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - (PPECLD e Daycoval)	604.672	205.588	562.783	191.346
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras).	476.050	161.857	459.720	156.305
Marcação a mercado - empréstimos	136.358	46.362	170.425	57.945
Outras adições temporárias	64.617	21.969	59.957	20.384
Contratos e prestações de serviços	820	279	1.801	612
Ajustes a valor presente <sup>(2)</sup>	(1.971.655)	(670.363)	(1.974.338)	(671.275)
Intangível - Mais Valia <sup>(1)</sup>	(1.141.267)	(388.031)	(1.180.390)	(401.333)
Parcela do VNR do ativo financeiro indenizável da concessão e atualização	(806.963)	(274.367)	(789.636)	(268.476)
Deságio sobre investimento	(188.407)	(64.058)	(188.407)	(64.058)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(103.238)	(35.101)	(110.657)	(37.623)
Marcação a mercado - derivativos	(868.992)	(295.457)	(434.723)	(147.806)
<b>Total</b>	<b>(1.040.569)</b>	<b>(705.254)</b>	<b>(1.194.114)</b>	<b>(668.733)</b>
<b>Total - Ativo Não Circulante</b>	<b>4.039.938</b>	<b>1.022.118</b>	<b>3.484.037</b>	<b>921.838</b>
<b>Total - Passivo Não Circulante</b>	<b>(5.080.507)</b>	<b>(1.727.372)</b>	<b>(4.678.151)</b>	<b>(1.590.571)</b>

(1) Refere-se ao Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR da controlada ESS que por ter assinado o novo aditivo dos contratos de concessão que prorrogou o prazo da concessão até 2045, transferiu o saldo do ativo financeiro indenizável da concessão apurado até assinatura daqueles aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos que serão realizados com base na amortização.

(2) Refere-se basicamente ao ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e pela sua controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B.

A expectativa de realização dos créditos fiscais diferidos é como segue:

Exercício	Consolidado
2020	29.045
2021	89.467
2022	56.587
2023	61.308
2024	146.356
2025	174.279
2026 a 2027	465.076
<b>Total</b>	<b>1.022.118</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	31/03/2020	31/03/2019
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	105.565	224.008
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(35.892)	(76.163)
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Equivalência patrimonial	39.683	76.774
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no período	(3.786)	(617)
Constituídos (revertido) no período	1.554	432
Outras adições (exclusões)	(5)	6
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.554</b>	<b>432</b>
Alíquota efetiva	1,47%	0,19%

	Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	186.968	382.905
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(63.569)	(130.188)
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.).	(530)	(502)
Créditos sobre incentivos fiscais - SUDAM. (1)	-	27.936
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no período	(2.414)	(5)
Incentivos fiscais e outros itens permanentes	388	2.992
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(66.125)</b>	<b>(99.767)</b>
Alíquota Efetiva	(35,37%)	(26,06%)

(1) As controladas EMT e ETO possuem redução do imposto de renda e adicionais. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montam a R\$156.351, sendo: R\$32.426 na ETO e R\$123.925 na EMT.

As controladas ETO e EMT obtiveram seus pleitos deferidos em dezembro de 2014 pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, pelos seus respectivos Laudos Constitutivos números 113 e 114, que concedeu benefício fiscal de 75% de redução do Imposto de Renda, para o de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023.

Em 2018 as controladas, amparadas pela legislação vigente, formalizaram novo pedido para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo de mais 10 anos, a contar do momento da sua aprovação. Neste sentido, as controladas possuem processos que se encontram em fase de análise, formalizado junto à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Com a publicação da Lei nº 13.799/2019, estendeu-se o prazo para aprovação e obtenção do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos das controladas tenham sua instrução garantida por parte da SUDAM até o ano calendário de 2028, após a emissão dos Laudos Constitutivos, aumentando o prazo de fruição em 5 anos.

## 15. Ativo financeiro indenizável da concessão - consolidado

Os contratos de distribuição de energia elétrica das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e nos contratos de concessão assinados pelas controladas e Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$20.186 (R\$182.208 em 31 de dezembro de 2019).

Seguem as movimentações ocorridas no período:

	Saldos em 31/12/2019	Adições <sup>(1)</sup>	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão <sup>(2)</sup>	Saldos em 31/03/2020
Energisa Mato Grosso (EMT)	2.689.436	80.084	(3.844)	14.049	2.779.725
Energisa Tocantins (ETO)	28.297	6.272	(1)	162	34.730
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.095.447	15.807	(750)	5.659	1.116.163
Energisa Sul Sudeste (ESS)	62.080	781	-	316	63.177
<b>TOTAL GERAL - Não Circulante</b>	<b>3.875.260</b>	<b>102.944</b>	<b>(4.595)</b>	<b>20.186</b>	<b>3.993.795</b>
Não Circulante	3.875.260				3.993.795

(1) Transferência do ativo contratual - infraestrutura em construção para o ativo financeiro indenizável da concessão.

(2) Os ativos financeiros estão demonstrados a valor justo, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa de valor justo do ativo.

	Saldos em 31/12/2018	Adições <sup>(1)</sup>	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão <sup>(2)</sup>	Transferência para intangível - contrato de concessão <sup>(3)</sup>	Saldos em 31/12/2019
Energisa Mato Grosso (EMT)	2.118.843	483.455	(10.874)	98.012	-	2.689.436
Energisa Tocantins (ETO)	1.152.117	246.664	(21.991)	40.739	(1.389.232)	28.297
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	915.844	141.274	(3.059)	41.388	-	1.095.447
Energisa Sul Sudeste (ESS)	45.348	14.700	(37)	2.069	-	62.080
<b>TOTAL GERAL - Não Circulante</b>	<b>4.232.152</b>	<b>886.093</b>	<b>(35.961)</b>	<b>182.208</b>	<b>(1.389.232)</b>	<b>3.875.260</b>

(1) Transferência do ativo contratual - infraestrutura em construção para o ativo financeiro indenizável da concessão.

(2) Os ativos financeiros estão demonstrados a valor justo, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa de valor justo do ativo.

(3) Em 2019 a Controlada Energisa Tocantins, concluiu o processo de renovação da concessão, tendo sido publicada Despacho por meio da qual o Ministério das Minas e Energia - MME deferiu o pedido de prorrogação do Contrato de Concessão convocando os representantes legais da Distribuidora para a assinatura do Sexto Termo Aditivo ao contrato de concessão. Após as assinaturas do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, foi publicado, no Diário Oficial do dia 10 de dezembro de 2019, o Extrato do Termo Aditivo que oficializou a prorrogação da concessão da Distribuidora até o dia 31 de dezembro de 2049.

## 16. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Participação em controladas	3.874.369	3.964.542	-	-
Outros	103	103	7.452	7.446
<b>Total</b>	<b>3.874.472</b>	<b>3.964.645</b>	<b>7.452</b>	<b>7.446</b>

## Participação em controladas:

31/03/2020									
Controladas	Informações sobre as controladas							Informações sobre o investimento da controladora	
	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
<b>Distribuição</b>								<b>93.487</b>	<b>3.446.246</b>
Energisa Tocantins	76,67	500	532.190	2.995.916	2.213.347	782.569	9.849	7.552	600.005
Energisa Mato Grosso	57,67	122.780	1.514.569	8.977.230	6.376.284	2.600.946	26.453	15.256	1.567.694
Energisa Mato Grosso do Sul	64,01	414	616.733	4.129.516	2.949.972	1.179.544	73.421	46.997	755.037
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A.	99,25	96	534.717	2.152.436	1.624.970	527.466	23.861	23.682	523.510
<b>Comercialização</b>								<b>(1.566)</b>	<b>-</b>
Companhia Técnica de Comercialização de Energia <sup>(1)</sup>	99,90	1	500	5.363	192.685	(187.322)	(1.567)	(1.566)	-
<b>Prestação de Serviços</b>								<b>1.686</b>	<b>9.952</b>
Multi Energisa Serviços S.A.	99,90	1	5.000	32.840	22.879	9.961	1.687	1.686	9.952
<b>Holdings e demais Companhias</b>								<b>23.109</b>	<b>418.171</b>
QMRA Participações S.A.	100,00	4.371	2.194	2.681	312	2.369	19	19	2.369
Rede Power Holding Energia S.A.	99,99	263	235.379	498.850	83.007	415.843	26.298	23.090	415.802
<b>Total</b>								<b>116.716</b>	<b>3.874.369</b>

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$187.154 (R\$185.570 em 31 de dezembro de 2019) registrado em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

## Movimentação dos investimentos:

31/12/2019									
Controladas	Informações sobre as controladas							Informações sobre o investimento da controladora	
	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
<b>Distribuição</b>								<b>742.339</b>	<b>3.521.502</b>
Energisa Tocantins	76,67	500	532.190	2.838.962	2.066.346	772.616	163.218	125.141	592.374
Energisa Mato Grosso	57,67	122.780	1.514.569	8.284.799	5.710.483	2.574.316	552.288	318.504	1.552.336
Energisa Mato Grosso do Sul	64,01	414	616.733	3.980.079	2.718.350	1.261.729	286.634	183.478	807.645
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A.	99,25	96	534.717	2.066.842	1.498.138	573.448	111.342	115.216	569.147
<b>Comercialização</b>								<b>(6.211)</b>	<b>-</b>
Companhia Técnica de Comercialização de Energia <sup>(1)</sup>	99,90	1	500	5.329	191.085	(185.756)	(6.217)	(6.211)	-
<b>Prestação de Serviços</b>								<b>7.783</b>	<b>16.935</b>
Multi Energisa Serviços S.A.	99,90	1	5.000	31.162	14.210	16.952	7.791	7.783	16.935
<b>Holdings e demais Companhias</b>								<b>110.013</b>	<b>428.612</b>
QMRA Participações S.A.	100,00	4.371	1.236.084	2.640	290	2.350	156	156	2.350
Rede Power Holding Energia S.A.	99,99	263	235.379	472.318	48.521	423.797	109.868	109.857	423.755
<b>Total</b>								<b>853.924</b>	<b>3.964.542</b>

Controladas	Saldos em 31/12/2019	Subscrição/aquisição e AFAC	Ganho/Perda aquisições de ações	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31/03/2020
<b>Distribuição</b>	<b>3.521.502</b>	<b>14</b>	<b>268</b>	<b>(169.025)</b>	<b>93.487</b>	<b>3.446.246</b>
Energisa Tocantins	592.374	-	79		7.552	600.005
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.552.336	-	102		15.256	1.567.694
Energisa Mato Grosso do Sul	807.645	-	55	(99.660)	46.997	755.037
Energisa Sul Sudeste	569.147	14	32	(69.365)	23.682	523.510
<b>Comercialização</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.566)</b>	<b>-</b>
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	-	-	-	-	(1.566)	-
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>16.935</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(8.669)</b>	<b>1.686</b>	<b>9.952</b>
Multi Energisa Serviços S.A.	16.935	-	-	(8.669)	1.686	9.952
<b>Holdings e demais companhias</b>	<b>426.105</b>	<b>-</b>	<b>31</b>	<b>(31.074)</b>	<b>23.109</b>	<b>418.171</b>
QMRA Participações S.A.	2.350	-	-		19	2.369
Rede Power do Brasil S.A.	423.755	-	31	(31.074)	23.090	415.802
<b>Total</b>	<b>3.964.542</b>	<b>14</b>	<b>299</b>	<b>(208.768)</b>	<b>116.716</b>	<b>3.874.369</b>

Controladas	Saldos em 31/12/2018	Subscrição/aquisição e AFAC	Ganho/Perda aquisições de ações	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31/12/2019
<b>Distribuição</b>	<b>3.195.461</b>	<b>160.011</b>	<b>859</b>	<b>(508.085)</b>	<b>69.083</b>	<b>742.339</b>	<b>3.521.502</b>
Energisa Tocantins	592.921	-	251	(117.762)	(8.177)	125.141	592.374
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.236.194	160.000	325	(139.136)	(23.551)	318.504	1.552.336
Energisa Mato Grosso do Sul	799.281	-	169	(165.675)	(9.608)	183.478	807.645
Energisa Sul Sudeste	567.065	11	114	(85.512)	(27.747)	115.216	569.147
<b>Comercialização</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.211)</b>	<b>-</b>
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	-	-	-	-	-	(6.211)	-
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>8.816</b>	<b>-</b>	<b>42</b>	<b>(2.373)</b>	<b>2.667</b>	<b>7.783</b>	<b>16.935</b>
Multi Energisa Serviços S.A.	8.816	-	42	(2.373)	2.667	7.783	16.935
<b>Holdings e demais companhias</b>	<b>470.210</b>	<b>-</b>	<b>102</b>	<b>(148.829)</b>	<b>(5.391)</b>	<b>110.013</b>	<b>426.105</b>
QMRA Participações S.A.	2.194	-	-	-	-	156	2.350
Rede Power do Brasil S.A.	468.016	-	102	(148.829)	(5.391)	109.857	423.755
<b>Total</b>	<b>3.674.487</b>	<b>160.011</b>	<b>1.003</b>	<b>(659.287)</b>	<b>(71.807)</b>	<b>853.924</b>	<b>3.964.542</b>

(1) Valor registrado no passivo não circulante - provisão para perdas em participação societária;

Provisão para perdas em participação societária - investimento:

	Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019
<b>Passivo Não circulante - Provisão para perdas em participação societária</b>		
Companhia Técnica de Comercialização de Energia - CTCE	187.154	185.570
<b>Total - passivo não circulante</b>	<b>187.154</b>	<b>185.570</b>

## 17. Imobilizado - consolidado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Taxa Média de Depreciação	Saldos 31/12/2019	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos 31/03/2020
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Custo:						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	2.473	-	-	-	2.473
Máquinas e Equipamentos	15,74%	116.185	-	2.533	-	118.718
Móveis e utensílios	6,25%	28.806	-	25	-	28.831
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>147.464</b>	<b>-</b>	<b>2.558</b>	<b>-</b>	<b>150.022</b>
Depreciação acumulada:						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(619)	-	-	(20)	(639)
Máquinas e Equipamentos		(85.132)	-	(1)	(2.330)	(87.463)
Móveis e utensílios		(18.058)	-	-	(273)	(18.331)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(103.809)</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>(2.623)</b>	<b>(106.433)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>43.655</b>	<b>-</b>	<b>2.557</b>	<b>(2.623)</b>	<b>43.589</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		<b>5.526</b>	<b>4.454</b>	<b>(2.557)</b>	<b>-</b>	<b>7.423</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>49.181</b>	<b>4.454</b>	<b>-</b>	<b>(2.623)</b>	<b>51.012</b>

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 31/12/2018	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2019
<b>Imobilizado em Serviço</b>							
Custo:							
Edificações e benfeitorias	3,33%	1.979	-	494	-	-	2.473
Máquinas e equipamentos	15,09%	107.810	-	8.459	(84)	-	116.185
Veículos	14,29%	81	-	-	(81)	-	-
Móveis e utensílios	6,08%	26.748	-	2.080	(22)	-	28.806
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>136.618</b>	<b>-</b>	<b>11.033</b>	<b>(187)</b>	<b>-</b>	<b>147.464</b>
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(553)	-	-	-	(66)	(619)
Máquinas e equipamentos		(76.377)	-	-	13	(8.768)	(85.132)
Veículos		(80)	-	-	81	(1)	-
Móveis e utensílios		(16.977)	-	-	1	(1.082)	(18.058)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(93.987)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>95</b>	<b>(9.917)</b>	<b>(103.809)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>42.631</b>	<b>-</b>	<b>11.033</b>	<b>(92)</b>	<b>(9.917)</b>	<b>43.655</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		<b>-</b>	<b>16.559</b>	<b>(11.033)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.526</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>42.631</b>	<b>16.559</b>	<b>-</b>	<b>(92)</b>	<b>(9.917)</b>	<b>49.181</b>

## 18. Intangível - consolidado

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão. A movimentação dos bens da concessão, é como segue:

	Taxa Média de Amortização	Saldos 31/12/2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos 31/03/2020
<b>Intangível em Serviço</b>							
Custo:	7,44%	15.372.065	-	126.701	(38.172)	-	15.460.594
Amortização Acumulada		(7.763.686)	-	1	26.190	(204.281)	(7.941.776)
Em curso		117	(2)	(115)	-	-	-
Subtotal		7.608.496	(2)	126.587	(11.982)	(204.281)	7.518.818
<b>Direito de Uso - Imóveis (4)</b>							
Custo:		32.924	13	-	-	-	32.937
Amortização Acumulada		(8.280)	-	-	-	(1.860)	(10.140)
Subtotal		24.644	13	-	-	(1.860)	22.797
<b>Total Intangível</b>		<b>7.633.140</b>	<b>11</b>	<b>126.587</b>	<b>(11.982)</b>	<b>(206.141)</b>	<b>7.541.615</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>							
<b>Em Serviço</b>							
Custo	3,86%	3.913.923	-	9.662	-	-	3.923.585
Amortização Acumulada		(1.994.469)	-	-	-	(40.014)	(2.034.483)
<b>Total das Obrigações vinculadas à concessão</b>		<b>1.919.454</b>	<b>-</b>	<b>9.662</b>	<b>-</b>	<b>(40.014)</b>	<b>1.889.102</b>
<b>Total Intangível</b>		<b>5.713.686</b>	<b>11</b>	<b>116.925</b>	<b>(11.982)</b>	<b>(166.127)</b>	<b>5.652.513</b>

- Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.
- As baixas no montante de R\$11.982 referem-se às baixas realizadas no período, contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.
- As controladas EMT, EMS, ETO e ESS registraram no período, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$7.755 (R\$32.586 em 31 de dezembro de 2019), não inclui o montante de 278 referente a provisão de despesa de incorporação de redes.
- Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. O montante de R\$22.797 não compõe o saldo do intangível - contrato de concessão.

	Taxa média de amortização (%)	Saldos 31/12/2018	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adição	Adição - Ativo financeiro indenizável da concessão (1)	Transferências (2)	Baixas (3)	Amortização (4)	Saldos 31/12/2019
<b>Intangível</b>									
Em serviço:	7,41%	12.570.802	-	-	2.323.350	662.269	(184.356)	-	15.372.065
Amortização Acumulada		(7.120.617)	-	-	-	(302)	149.229	(791.996)	(7.763.686)
Em Curso		4	-	113	-	-	-	-	117
Subtotal		5.450.189	-	113	2.323.350	661.967	(35.127)	(791.996)	7.608.496
<b>Direito de Uso - Imóveis (5)</b>									
Custo		-	23.187	9.737	-	-	-	-	32.924
Amortização Acumulada		-	-	-	-	-	-	(8.280)	(8.280)
Subtotal		-	23.187	9.737	-	-	-	(8.280)	24.644
<b>Total Intangível</b>		<b>5.450.189</b>	<b>23.187</b>	<b>9.850</b>	<b>2.323.350</b>	<b>661.967</b>	<b>(35.127)</b>	<b>(800.276)</b>	<b>7.633.140</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>									
<b>Em Serviço</b>									
Custo	3,78%	2.940.067	-	-	934.118	39.738	-	-	3.913.923
Amortização Acumulada		(1.844.483)	-	391	-	(241)	-	(150.136)	(1.994.469)
<b>Total das Obrigações vinculadas à concessão</b>		<b>1.095.584</b>	<b>-</b>	<b>391</b>	<b>934.118</b>	<b>39.497</b>	<b>-</b>	<b>(150.136)</b>	<b>1.919.454</b>
<b>Total Intangível</b>		<b>4.354.605</b>	<b>23.187</b>	<b>9.459</b>	<b>1.389.232</b>	<b>622.470</b>	<b>(35.127)</b>	<b>(650.140)</b>	<b>5.713.686</b>

- (1) Adição - Ativo financeiro indenizável da concessão - referem-se aos valores do ativo financeiro indenizável da concessão transferidos para o intangível R\$2.323.350 e de obrigações vinculadas à concessão - R\$934.118, em face da renovação do contrato de concessão, conforme detalhado na nota explicativa nº 15.
- (2) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.
- (3) As baixas no montante de R\$35.127 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

O montante transferido do ativo contratual da infraestrutura em construção, líquido das obrigações especiais, para o ativo financeiro indenizável da concessão de R\$886.093 (R\$550.806 em 31 de dezembro de 2019), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

- (4) As controladas EMT, EMS, ETO e ESS registraram no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$31.682 (R\$32.586 em 31 de dezembro de 2019).

Do total de amortização de R\$650.140, R\$8.280 refere-se à amortização do direito de uso referente a adoção do CPC 06 (R2) a partir de 01 de janeiro de 2019.

- (5) Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. O montante de R\$24.644 não compõe o saldo do intangível - contrato de concessão.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº691, de 08 de dezembro 2015 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pelas controladas ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 7,44% (7,41% em 31 de dezembro de 2019).

O saldo do intangível e ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas à concessão, que são representadas por:

	31/03/2020	31/12/2019
Contribuições do consumidor <sup>(1)</sup>	2.700.566	3.068.803
Participação da União - recursos CDE <sup>(2)</sup>	1.745.943	1.298.642
Participação do Governo do Estado <sup>(2)</sup>	238.347	238.347
Reserva para reversão	6.959	7.102
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	241.720	241.720
(-) Amortização acumulada	(2.034.483)	(1.994.469)
<b>Total</b>	<b>2.899.052</b>	<b>2.860.145</b>
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	836.147	828.267
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.889.102	1.919.454
Infraestrutura - Ativo contratual - infraestrutura em construção	173.803	112.424
<b>Total</b>	<b>2.899.052</b>	<b>2.860.145</b>

- (1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao Programa Luz para Todos.

## 19. Ativo contratual - infraestrutura em construção - consolidado

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos 31/12/2019	Adição	Transferências (*)	Baixas(**)	Saldos 31/03/2020
<b>Ativo contratual - infraestrutura em construção</b>					
Em construção	799.071	292.442	(126.587)	(110.824)	854.102
Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	112.424	78.921	(9.662)	(7.880)	173.803
<b>Total do ativo contratual - infraestrutura em construção</b>	<b>686.647</b>	<b>213.521</b>	<b>(116.925)</b>	<b>(102.944)</b>	<b>680.299</b>

(\*) Montante de R\$ 116.925 transferido para o ativo intangível.

(\*\*) As baixas no montante de R\$102.944 referem-se ao montante transferido para o ativo financeiro indenizável da concessão por corresponder a parcela bifurcada do ativo contratual líquido a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

	Saldos em 31/12/2018	Adição	Transferências (*)	Baixas (**)	Saldos em 31/12/2019
<b>Ativo contratual - infraestrutura em construção</b>					
Em construção	922.762	1.477.886	(662.208)	(939.369)	799.071
Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	176.224	29.214	(39.738)	(53.276)	112.424
<b>Total do ativo contratual - infraestrutura em construção</b>	<b>746.538</b>	<b>1.448.672</b>	<b>(622.470)</b>	<b>(886.093)</b>	<b>686.647</b>

(\*) Montante de R\$ 622.470 transferido para o ativo intangível.

(\*\*) As baixas no montante de R\$886.093 refere-se ao montante transferido para o ativo financeiro indenizável da concessão por corresponder a parcela bifurcada do ativo contratual líquido a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

## 20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
CCEE <sup>(1)</sup>	-	-	100.978	175.402
Contratos Bilaterais <sup>(2 e 5)</sup>	-	-	606.474	565.137
Uso de rede básica <sup>(2)</sup>	-	-	60.667	58.690
Encargos de Serviço no sistema	-	-	1.660	1.998
Uso do sistema de distribuição (CUSD) <sup>(2)</sup>	-	-	4.821	4.775
Materiais, serviços e outros <sup>(3)</sup>	125	172	169.513	233.027
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>172</b>	<b>944.113</b>	<b>1.039.029</b>
Circulante	125	172	874.978	970.758
Não Circulante	-	-	69.135	68.271

(1) No primeiro trimestre de 2020 a conta CCEE sofreu uma grande redução em consequência das condições hidrológicas mais favoráveis do Sistema Interligado Nacional (SIN), aliadas à um PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) mais baixo. O PLD de fevereiro e março de 2020 atingiu 154,44 e 81,86 R\$/MWh, respectivamente no submercado SE/CO, enquanto em novembro e dezembro de 2019 o preço era de 317,28 e 227,30 R\$/MWh, nessa ordem. Em novembro e dezembro de 2019 a geração das usinas hidrelétricas foi abaixo da média e

as distribuidoras foram obrigadas a assumir um custo maior em decorrência do Risco hidrológico associado a um PLD elevado. Está previsto na Lei nº 12.783/2013, que as despesas relacionadas ao Risco hidrológico são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

- (2) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
- (3) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica.

## 21. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora							
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Ajuste Vr Presente	Saldos em 31/03/2020
<b>Mensuradas ao custo</b>								
<b>Moeda nacional</b>								
Pré Fixado	18.545	-	-	-	279	-	424	19.248
Outros	128.814	-	-	-	-	-	4.630	133.444
<b>Total do custo</b>	<b>147.359</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>279</b>	<b>-</b>	<b>5.054</b>	<b>152.692</b>
Circulante	468							746
Não Circulante	146.891							151.946

	Consolidado								
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Vr Presente	Saldos em 31/03/2020
<b>Mensuradas ao custo</b>									
<b>Moeda nacional</b>									
Pré Fixado	31.483	-	(1.097)	(123)	468	-	-	528	31.259
Pós Fixado									
CDI	1.513.983	725.000	(245.000)	(14.973)	20.580	-	-	-	1.999.590
TR	644.894	-	-	(10.534)	10.707	-	-	-	645.067
Gastos com captação	(641)	-	-	-	130	(817)	-	-	(1.328)
Outros	128.814	-	-	-	-	-	-	4.629	133.443
<b>Total do custo</b>	<b>2.318.533</b>	<b>725.000</b>	<b>(246.097)</b>	<b>(25.630)</b>	<b>31.885</b>	<b>(817)</b>	<b>-</b>	<b>5.157</b>	<b>2.808.031</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>									
<b>Moeda estrangeira</b>									
Dólar	1.747.098	50.000	(437.614)	(14.310)	479.433	-	-	-	1.824.607
Euro	210.506	122.972	-	(590)	86.202	-	-	-	419.090
Gastos com captação	(1.850)	-	-	-	189	-	-	-	(1.661)
Marcação a mercado	15.928	-	-	-	-	-	26.543	-	42.471
<b>Total ao valor justo</b>	<b>1.971.682</b>	<b>172.972</b>	<b>(437.614)</b>	<b>(14.900)</b>	<b>565.824</b>	<b>-</b>	<b>26.543</b>	<b>-</b>	<b>2.284.507</b>
<b>Total</b>	<b>4.290.215</b>	<b>897.972</b>	<b>(683.711)</b>	<b>(40.530)</b>	<b>597.709</b>	<b>(817)</b>	<b>26.543</b>	<b>5.157</b>	<b>5.092.538</b>
Circulante	781.854								1.217.727
Não Circulante	3.508.361								3.874.811

	Controladora							
	Saldos em 31/12/2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Ajuste Valor Presente	Saldos em 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo</b>								
<b>Moeda nacional</b>								
Pré Fixado	17.067	-	-	(1.115)	1.116	-	1.477	18.545
Outros	129.502	-	(191.613)	-	-	-	190.925	128.814
<b>Total do custo</b>	<b>146.569</b>	<b>-</b>	<b>(191.613)</b>	<b>(1.115)</b>	<b>1.116</b>	<b>-</b>	<b>192.402</b>	<b>147.359</b>
Circulante	468							468
Não Circulante	146.101							146.891

	Consolidado								
	Saldos em 31/12/2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo</b>									
<b>Moeda nacional</b>									
Pré Fixado	34.191	-	(4.540)	(2.038)	2.037	-	-	1.833	31.483
Pós Fixado									
Selic	18.706	-	(18.706)	(538)	538	-	-	-	-
CDI	1.568.587	345.000	(395.361)	(119.190)	114.947	-	-	-	1.513.983
TR	644.721	-	-	(43.176)	43.349	-	-	-	644.894
<b>Gastos com captação</b>	<b>(540)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>751</b>	<b>(852)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(641)</b>
Outros	129.502	-	(191.612)	-	-	-	-	190.924	128.814
<b>Total do custo</b>	<b>2.395.167</b>	<b>345.000</b>	<b>(610.219)</b>	<b>(164.942)</b>	<b>161.622</b>	<b>(852)</b>	<b>-</b>	<b>192.757</b>	<b>2.318.533</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>									
<b>Moeda estrangeira</b>									
Dólar	1.515.627	250.000	(78.038)	(71.017)	130.526	-	-	-	1.747.098
Euro	-	210.000	-	(886)	1.392	-	-	-	210.506
<b>Gastos com captação</b>	<b>(2.606)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>756</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.850)</b>
Marcação a mercado	14.014	-	-	-	-	-	1.914	-	15.928
<b>Total ao valor justo</b>	<b>1.527.035</b>	<b>460.000</b>	<b>(78.038)</b>	<b>(71.903)</b>	<b>132.674</b>	<b>-</b>	<b>1.914</b>	<b>-</b>	<b>1.971.682</b>
<b>Total</b>	<b>3.922.202</b>	<b>805.000</b>	<b>(688.257)</b>	<b>(236.845)</b>	<b>294.296</b>	<b>(852)</b>	<b>1.914</b>	<b>192.757</b>	<b>4.290.215</b>
Circulante	527.365								781.854
Não Circulante	3.394.837								3.508.361

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantias (*)
	31/03/2020	31/12/2019						
<b>REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.</b>								
Credores "RJ" - Bicbanco	6.007	5.788	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,75%		R
Credores "RJ" - BNB	13.241	12.757	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,75%		R
Credores "RJ" - Opção "C"	133.444	128.814	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,75%		-
Total em Moeda Nacional	152.692	147.359						
Total Rede Energia Participações S.A.	152.692	147.359						
<b>EMT</b>								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.497	353.402	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	1,71%		R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	482.520	482.682	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	1,18%		R
Nota Flutuante de Juros - Santander (1,4)	135.203	450.626	CDI + 1,25% a 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral a partir de dez/19	1,32% a 1,34%		A
Nota Promissória 2ª Emissão	297.387	293.823	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final	1,21% a		A
Santander FRN4133870	191.273	-	CDI + 0,95% a.a.	fev/23	Semestral a partir de fev/22	1,25% a		A
CCB BRADESCO 24032020	130.211	-	CDI + 4,8005% a.a.	mar/21	Final	2,19% a		A
CCB ITAÚ 1011200300114	30.037	-	CDI + 4,10% a.a.	mar/21	Final	2,02% a		A
Santander FRN 4135786	315.104	-	CDI + 4,60% a.a.	mar/21	Final	2,14% a		A
Custo de captação incorrido na contratação	(1.166)	(641)						
Total em Moeda Nacional	1.934.066	1.579.892						
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	275.931	214.059	Libor + 1,20% a 1,60% a.a.	jan/21	Final	30,97% a 31,07%		A
Citibank Loan - 4131 (1)	74.663	57.899	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	31,09%		A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	74.656	57.892	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	31,12%		A
Citibank Loan - 4131 (1,4)	-	128.422	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	30,87%		A
J P MORGAN Loan (1)	139.454	108.167	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final	30,93%		A
Merryl Lynch Loan (1)	61.159	48.387	0,6870% a.a.	dez/22	Final	26,57%		A
Scotiabank Loan (1)	257.468	198.327	2,1964% a.a.	dez/22	Final	29,53%		A
Citibank Loan 56416	60.505	-	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	30,82%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(492)	(547)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	15.878	3.238						
Total em Moeda Estrangeira	959.222	815.844						
Total EMT	2.893.288	2.395.736						
<b>EMS</b>								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.570	291.492	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	1,71%		R

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	31/03/2020	31/12/2019					
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	220.176	220.250	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	1,18%	R
Nota Flutuante de Juros - Santander	67.432	66.602	CDI + 0,89% a.a.	ago/20	Final	1,23%	A
Nota Promissória	70.143	-	CDI + 0,89% a.a.	ago/20	Final	1,25%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(162)	-					
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>649.159</b>	<b>578.344</b>					-
Citibank Loan - 4131 (1)	75.286	58.398	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021	31,09%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	75.253	58.367	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual após 2021	31,12%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1,4)	-	69.151	Libor + 0,825% a.a.	set/21	Final	30,88%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	64.897	51.345	0,99% a.a. Pré	mai/22	Final	26,65%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(480)	(535)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	3.653	2.339					-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>218.609</b>	<b>239.065</b>					
<b>Total EMS</b>	<b>867.768</b>	<b>817.409</b>					
<b>ETO</b>							
Luz para Todos I - Eletrobrás	7.390	8.486	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	1,47%	R
CCB ITAÚ 101120030007500	20.035	-	CDI + 4,00% a.a.	mar/21	Final	2,00%	R
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>27.425</b>	<b>8.486</b>					
Resolução 4131 - Itaú (1)	273.773	209.563	4,352% a.a. (Pré)	jun/21	Final	30,05%	R
Loan Citi - 4131 (1)	58.483	45.358	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	31,09%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	58.449	45.329	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	31,12%	A
Merrill lynch Loan	162.297	125.885	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	30,97%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(454)	(507)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	15.213	6.729					-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>567.761</b>	<b>432.357</b>					
<b>Total ETO</b>	<b>595.186</b>	<b>440.843</b>					
<b>ESS</b>							
CCB ITAÚ 101120030007400	40.069	-	CDI + 4,00%	mar/21	Final	2,00%	A
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>40.069</b>	<b>-</b>					
Loan Citi - 4131 (1)	35.672	27.663	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	31,09%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	35.674	27.663	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	31,12%	A
Merrill lynch Loan (1,4)	-	120.883	Libor + 1,10% a.a.	abr/20	Final	30,94%	A
Loan Citi Loan - 4131 (1,4)	-	64.834	Libor + 1,27% a.a.	jul/23	Anual a partir de 2022	30,99%	A
Merrill lynch Loan (1)	102.676	79.656	Libor + 1,20% a.a.	ago/21	Final	30,97%	A
Merrill lynch Loan (1)	140.014	110.774	0,87% Pré a.a.	jun/22	Final	26,62%	A
Scotiabank Loan (1)	64.367	49.582	2,1964% Pré a.a.	dez/22	Final	29,53%	A

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	31/03/2020	31/12/2019					
Merrill lynch Loan (1)	153.020	-	0,7257% Pré a.a	jan/23	Final	29,16%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(235)	(261)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	7.727	3.622					
Total em Moeda Estrangeira	538.915	484.416					
Total ESS	578.984	484.416					
<b>CTCE</b>							
Credores "RJ" - BMG	4.620	4.452	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%	-
Total em Moeda Nacional	4.620	4.452					
Total CTCE	4.620	4.452					
Em Moeda Nacional	2.808.031	2.318.533					
Em Moeda Estrangeira	2.284.507	1.971.682					
Total Rede Consolidada	5.092.538	4.290.215					

\*A=Aval Energisa S/A, R=Recebíveis.

- (1) Condições de covenants - O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

**Controladora:**

- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas aos períodos encerrados entre 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às demonstrações financeiras relativas aos períodos encerrados a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos contratos.
- ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

**Controladas:**

- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas aos períodos encerrados entre 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às demonstrações financeiras relativas aos períodos encerrados a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos contratos.
- ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de março de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (2) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo de 31 de março de 2020. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota explicativa nº 35 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de risco. A Companhia e suas controladas têm como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.
- (4) Em 17 de Janeiro, 16 e 30 de março de 2020 as controladas abaixo efetuaram a liquidação dos contratos no valor total de R\$759.093 conforme demonstrado no quadro abaixo.

Empresa	Valor Liquidado
Energisa Mato Grosso (EMT)	474.878
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	83.075
Energisa Sul Sudeste (ESS)	201.140
<b>Total Liquidado</b>	<b>759.093</b>

#### Garantias:

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$98.814 (R\$97.264 em 31 de dezembro 2019), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período:

Moeda/indicadores	31/03/2020	31/12/2019
US\$ x R\$	28,98%	4,02%
SELIC	1,01%	5,96%
CDI	1,01%	5,96%
IPCA	0,53%	4,31%
LIBOR	1,69%	2,33%
TR	0,00%	0,00%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2021	-	815.322
2022	-	1.325.940
2023	-	416.801
2024	-	69.990
Após 2024	151.946	1.246.758
<b>Total</b>	<b>151.946</b>	<b>3.874.811</b>

## 22. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora								Saldos em 31/03/2020
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Vr Presente	
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>									
Pré Fixado	61.355	-	-	-	832	-	-	1.475	63.662
<b>Total ao custo</b>	<b>61.355</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>832</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.475</b>	<b>63.662</b>
Circulante	1.400								2.232
Não Circulante	59.955								61.430

	Consolidado								
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Vr Presente	Saldos em 31/03/2020
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>									
Pré Fixado	61.355	-	-	-	832	-	-	1.475	63.662
CDI	2.088.242	265.000	-	(26.699)	25.897	-	-	-	2.352.440
IPCA	1.311.751	-	-	(22.229)	36.196	-	-	-	1.325.718
<b>Gastos com captação</b>	<b>(27.813)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.158</b>	<b>(767)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(26.422)</b>
Marcação a mercado	154.497	-	-	-	-	-	(60.607)	-	93.890
<b>Total ao custo</b>	<b>3.588.032</b>	<b>265.000</b>	<b>-</b>	<b>(48.928)</b>	<b>65.083</b>	<b>(767)</b>	<b>(60.607)</b>	<b>1.475</b>	<b>3.809.288</b>
Circulante	304.423								956.019
Não Circulante	3.283.609								2.853.269

	Controladora								
	Saldos em 31/12/2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldo em 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>									
Pré Fixado	56.966	-	(8.387)	(3.339)	3.339	-	-	12.776	61.355
<b>Total ao custo</b>	<b>56.966</b>	<b>-</b>	<b>(8.387)</b>	<b>(3.339)</b>	<b>3.339</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.776</b>	<b>61.355</b>
Circulante	1.400								1.400
Não Circulante	55.566								59.955

	Consolidado								
	Saldos em 31/12/2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>									
Pré Fixado	56.966	-	(8.387)	(3.339)	3.339	-	-	12.776	61.355
CDI	1.430.781	660.000	-	(124.268)	121.729	-	-	-	2.088.242
IPCA	1.261.107	-	-	(61.082)	111.726	-	-	-	1.311.751
<b>Gastos com captação</b>	<b>(33.953)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.469</b>	<b>(2.329)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(27.813)</b>
Marcação a mercado	77.778	-	-	-	-	-	76.719	-	154.497
<b>Total ao custo</b>	<b>2.792.679</b>	<b>660.000</b>	<b>(8.387)</b>	<b>(188.689)</b>	<b>245.263</b>	<b>(2.329)</b>	<b>76.719</b>	<b>12.776</b>	<b>3.588.032</b>
Circulante	41.058								304.423
Não Circulante	2.751.621								3.283.609

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
	31/03/2020	31/12/2019						
<b>REDE ENERGIA</b>								
4ª Emissão	63.662	61.355	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	nov-35	Final	1,00%
<b>Total REDE ENERGIA</b>	<b>63.662</b>	<b>61.355</b>						
<b>ETO</b>								
Debentures 2ª Emissão 1ª Série	45.982	44.704	15/06/17	39.771 / 39.771	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	1,90%
Debentures 2ª Emissão 2ª Série	41.289	40.136	15/06/17	35.696 / 35.696	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	1,92%
Debentures 3ª Emissão 1ª Série	10.677	10.407	15/10/17	9.526 / 9.526	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	1,63%
Debentures 3ª Emissão 2ª Série	1.991	1.940	15/10/17	1.775 / 1.775	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	1,69%
Debentures 3ª Emissão 3ª Série	3.713	3.614	15/10/17	3.304 / 3.304	IPCA+5,1074%	out / 27	Final	1,78%

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
	31/03/2020	31/12/2019						
					a.a			
Debentures 3ª Emissão 4ª Série	118.951	117.663	15/10/17	116.395 / 116.395	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	1,09%
Debentures 4ª Emissão	253.140	252.529	15/09/18	240.000 / 240.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	1,78%
Debentures 5ª Emissão 1ª Série	241.277	238.300	10/06/19	237.596 / 237.596	CDI + 0,95% a.a	jun / 24	Final	1,25%
Debentures 5ª Emissão 2ª Série	165.019	162.902	10/06/19	162.404 / 162.404	CDI + 1,15% a.a	jun / 26	Final	1,30%
Custos de captação	(7.393)	(7.874)						
Marcação à Mercado de Dívida	25.224	41.598						
<b>Total ETO</b>	<b>899.870</b>	<b>905.919</b>						
<b>EMS</b>								
Debentures 8ª Emissão	300.524	304.713	15/09/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Anual após set/20	1,09%
Debentures 9ª Emissão 1ª Série	12.062	11.757	15/10/17	10.762 / 10.762	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	1,63%
Debentures 9ª Emissão 2ª Série	2.251	2.192	15/10/17	2.006 / 2.006	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	1,69%
Debentures 9ª Emissão 3ª Série	4.195	4.084	15/10/17	3.733 / 3.733	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	1,78%
Debentures 9ª Emissão 4ª Série	134.387	132.932	15/10/17	131.499 / 131.499	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	1,09%
Debentures 10ª Emissão	150.845	153.506	15/02/18	15.000 / 15.000	CDI +0,95%	fev / 21	Final	1,25%
Debentures 11ª Emissão	163.485	163.092	15/09/18	155.000 / 155.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	1,78%
Debentures 12ª Emissão	111.631	110.312	10/06/19	110.000 / 110.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	1,19%
Debentures 13ª Emissão	75.621	-	22/01/20	7.500 / 7.500	CDI + 0,70% a.a	jan / 22	Semestral	1,19%
Custos de captação	(3.333)	(3.511)						
Marcação à Mercado de Dívida	12.399	20.958						
<b>Total EMS</b>	<b>964.067</b>	<b>900.035</b>						
<b>EMT</b>								
Debentures 6ª Emissão 1ª Série	94.674	92.042	15/06/17	81.885 / 81.885	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	1,90%
Debentures 6ª Emissão 2ª Série	85.011	82.635	15/06/17	73.494 / 73.494	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	1,92%
Debentures 7ª Emissão 1ª Série	11.817	11.519	15/10/17	10.544 / 10.544	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	1,63%
Debentures 7ª Emissão 2ª Série	2.205	2.148	15/10/17	1.965 / 1.965	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	1,69%
Debentures 7ª Emissão 3ª Série	4.110	4.001	15/10/17	3.657 / 3.657	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	1,78%
Debentures 7ª Emissão 4ª Série	131.663	130.237	15/10/17	128.834 / 128.834	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	1,09%
Debentures 8ª Emissão	472.727	481.259	15/02/18	47.000 / 47.000	CDI+1,10% a.a	fev / 21	Final	1,28%
Debentures 9ª Emissão	406.076	405.099	15/09/18	385.000 / 385.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	1,78%
Debentures 10ª Emissão 1ª Série	119.242	117.833	10/06/19	117.500 / 117.500	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	1,19%
Debentures 10ª Emissão 2ª Série	33.014	32.598	10/06/19	32.500 / 32.500	CDI + 1,05% a.a	jun / 29	Anual após jun/27	1,27%
Debentures 11ª Emissão 2ª Série	130.265	-	15/02/20	130.000 / 130.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	1,25%
Custos de captação	(12.106)	(12.765)						
Marcação à Mercado de Dívida	43.061	70.636						
<b>Total EMT</b>	<b>1.521.759</b>	<b>1.417.242</b>						
<b>ESS</b>								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série	49.766	48.383	15/06/17	43.044 / 43.044	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	1,90%
Debentures 1ª Emissão 2ª Série	44.686	43.437	15/06/17	38.632 / 38.632	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	1,92%
Debentures 3ª Emissão 1ª Série	9.617	9.373	15/10/17	8.580 / 8.580	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	1,63%
Debentures 3ª Emissão 2ª Série	1.794	1.748	15/10/17	1.599 / 1.599	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	1,69%
Debentures 3ª Emissão 3ª Série	3.345	3.256	15/10/17	2.977 / 2.977	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	1,78%
Debentures 3ª Emissão 4ª Série	107.146	105.987	15/10/17	104.844 / 104.844	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	1,09%
Debentures 4ª Emissão	73.832	73.655	15/09/18	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	1,78%
Debentures 5ª Emissão	60.128	-	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI+1,15% a.a	fev / 25	Final	1,30%
Custos de captação	(3.590)	(3.663)						
Marcação à Mercado de Dívida	13.206	21.305						
<b>Total ESS</b>	<b>359.930</b>	<b>303.481</b>						
<b>TOTAL</b>	<b>3.741.820</b>	<b>3.461.348</b>						
Custos de captação	(26.422)	(27.813)						
Marcação à Mercado de Dívida	93.890	154.497						

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
	31/03/2020	31/12/2019						
Total em moeda nacional	3.809.288	3.588.032						
CONSOLIDADO	3.809.288	3.588.032						

A Companhia e suas controladas ao longo do ano do primeiro trimestre de 2020 efetuaram emissão de debêntures, conforme segue:

Empresa	Captação	Data	Vencimento	Nº da Emissão	Taxa efetiva de juros
EMT	130.000	15/02/2020	fev/23	11 <sup>a</sup>	1,25%
EMS	75.000	22/01/2020	jan/22	13 <sup>a</sup>	1,19%
ESS	60.000	15/02/2020	fev/25	5 <sup>a</sup>	1,30%
<b>Total</b>	<b>265.000</b>				

As debêntures de 4ª emissão da Controladora com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$278.551 (R\$279.824 em 31 de dezembro de 2019) de ajuste a valor presente.

#### Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Controladora e controladas:

- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas aos períodos encerrados entre 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às demonstrações financeiras relativas aos períodos encerrados a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos Contratos.
- ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

#### Vencimentos

Em 31 de março de 2020, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2021	-	274.985
2022	-	513.618
2023	-	445.446
2024	-	969.514
Após 2024	61.430	649.706
<b>Total</b>	<b>61.430</b>	<b>2.853.269</b>

### 23. Arrendamentos operacionais - consolidado

As controladas atuam como arrendatárias em contratos referentes imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019.

As controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que:

- (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância

àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia e controladas, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia e suas controladas não apresentam obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os reflexos oriundos da adoção da nova norma CPC 06 (R2) são como segue:

Arrendamentos operacionais	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 31/03/2020
Arrendamentos operacionais - imóveis	4	8,89%	25.335	13	(1.861)	140	23.627
Circulante			10.779				12.557
Não circulante			14.556				11.070

Em 31 de março de 2020, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2020
2021	3.853
2022	1.738
2023	1.004
2024	937
Após 2024	3.538
<b>Total</b>	<b>11.070</b>

## 24. Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços <sup>(1)</sup> ICMS	-	-	609.767	479.839
Impostos S/Serviços - ISS	-	-	10.446	11.841
Encargos Sociais	1	1	25.761	28.535
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ <sup>(2)</sup>	-	-	24.594	25.808
Contribuição Social s/ o Lucro - CSLL <sup>(2)</sup>	-	-	9.178	15.810
Contribuições ao PIS e a COFINS	18	265	79.613	83.833
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	643	646	4.089	5.554
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta	-	-	110	117
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	6.220	1.012	6.224	1.017
Outros	15	27	14.937	15.595
<b>Total</b>	<b>6.897</b>	<b>1.951</b>	<b>784.719</b>	<b>667.949</b>
Circulante	6.897	1.951	378.927	295.385
Não Circulante	-	-	405.792	372.564

- (1) ICMS - a controlada Energisa Sul Sudeste, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do “baixa renda” no montante de R\$35.055 (R\$34.486 em 31 de dezembro de 2019) com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, EMS, ESS e ETO possuem R\$351.253 (R\$325.853 em 31 de dezembro de 2019) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 7). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante.
- (2) Inclui IRPJ e CSSL incidente sobre juros e acréscimos moratórios cobrados nas notas fiscais/contas de energia elétrica. A controlada EMS possui liminar de suspensão de cobrança com depósito judicial.

## 25. Parcelamento de impostos - consolidado

A controlada ESS possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo. Os parcelamentos estaduais são corrigidos através dos índices próprios de cada Estado, e são como segue:

Descrição	31/03/2020	31/12/2019
ICMS		
Principal	20.187	22.213
Multa	23.624	24.612
Juros	3.543	3.692
<b>TOTAL</b>	<b>47.354</b>	<b>50.517</b>
Circulante	17.313	17.313
Não Circulante	30.041	33.204

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	31/03/2020
2020	13.176
2021	15.836
2022	14.061
Após 2022	4.281
<b>Total</b>	<b>47.354</b>
Circulante	17.313
Não circulante	30.041

## 26. Encargos setoriais - consolidado

	31/03/2020	31/12/2019
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	3.109	3.301
Ministério de Minas e Energia - MME	1.535	1.631
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	21.035	18.686
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	125.007	119.898
Programa de Eficiência Energética - PEE	135.638	142.104
<b>Total</b>	<b>286.324</b>	<b>285.620</b>
Circulante	166.497	168.552
Não circulante	119.827	117.068

Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de Ordens de serviços em curso no ativo circulante, até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

## 27. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias - consolidado.

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, tributária e regulatória.

### Perdas prováveis:

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

Controladora	Fiscais	31/3/2020	31/12/2019
Saldos iniciais - não circulante 31/12/2019 e 31/12/2018	617	617	582
Reversões de provisões	(622)	(622)	
Atualização monetária	5	5	35
Saldos finais - não circulante 31/03/2020 e 31/12/2019	-	-	617
Depósitos e cauções vinculados (*)	-	-	-

(\*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$26.819 (R\$26.423 em 31 de dezembro de 2019) que não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórios	31/03/2020	31/12/2019
Saldos iniciais - não circulante 31/12/2019 e 31/12/2018	101.658	167.773	3.759	19.361	292.551	347.462
Constituições de provisões	12.015	29.134	-	-	41.149	118.179
Reversões de provisões	(5.930)	(12.762)	(1.106)	-	(19.798)	(68.974)
Pagamentos realizados	(6.995)	(14.905)	-	-	(21.900)	(114.069)
Atualização monetária	834	1.420	22	258	2.534	9.953
Saldos finais - não circulante 31/03/2020 e 31/12/2019	101.582	170.660	2.675	19.619	294.536	292.551
Cauções e depósitos vinculados (*)					(40.393)	(41.749)

(\*) As controladas diretas e indiretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$229.678 (R\$228.292 em 31 de dezembro de 2019). Deste total, R\$39.855 (R\$38.407 em 31 de dezembro de 2019) correspondem aos depósitos correspondentes ao ICMS incidente sobre a subvenção econômica de baixa renda que encontram-se em discussões judiciais, com contrapartida reconhecida na rubrica de impostos e contribuições sociais e R\$149.430 (R\$148.136 em 31 de dezembro de 2019), não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

- **Trabalhistas**

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Horas extras e reflexos; (ii) sobreaviso e reflexos; (iii); (iv) verbas Rescisórias e Contratuais; (v) adicional periculosidade e; (vi) vínculo empregatício. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de

perda pelas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia e controladas serem vencidas nas ações.

- Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) Acidentes com terceiros; e (x) indenizações.

Inclui ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas Portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada;

- Fiscais

Referem-se a discussões relacionadas a PIS, COFINS, INSS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

- Regulatórias

As controladas EMT, EMS, ETO e ESS possuem processos de contingências regulatórias junta à ANEEL, referente descumprimento de preceito regulatório.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

### Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Controladora	Cíveis	Fiscais	31/03/2020	31/12/2019
Saldos iniciais - 31/12/2019 e 31/12/2018	37.869	14.254	52.123	264.053
Mudança de prognósticos e valor pedido	2.279	-	2.279	(217.299)
Encerramento	-	-	-	(1)
Atualização monetária	345	149	494	5.370
<b>Saldos finais - 31/03/2020 e 31/12/2019</b>	<b>40.493</b>	<b>14.403</b>	<b>54.896</b>	<b>52.123</b>

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	31/03/2020	31/12/2019
Saldos iniciais - 31/12/2019 e 31/12/2018	117.157	1.227.984	1.457.437	27.497	2.830.075	3.485.347
Novos processos	9.765	34.341	35	-	44.141	237.015
Mudança de prognósticos e valor pedido	(3.286)	13.552	(261)	-	10.005	(833.339)
Encerramento	(3.330)	(17.573)	(6.658)	-	(27.561)	(197.940)
Atualização monetária	1.038	10.978	15.170	233	27.419	138.992
<b>Saldos finais - 31/03/2020 e 31/12/2019</b>	<b>121.344</b>	<b>1.269.282</b>	<b>1.465.723</b>	<b>27.730</b>	<b>2.884.079</b>	<b>2.830.075</b>

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

- **Trabalhistas**

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia.

### Principais processos:

#### Rede Energia

. Ação de execução por quantia certa 01415375820128260100 com montante envolvido de R\$37.982 (R\$37.642 em 31 de dezembro de 2019), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial.

#### EMT

. Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 no montante de R\$315.582 (R\$312.760 em 31 de dezembro de 2019) relacionada ação de cobrança envolvendo indenização pela passagem. Autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041, no montante de R\$73.039 (R\$72.386 em 31 de dezembro de 2019), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041, no montante de R\$41.391 (R\$41.021 em 31 de dezembro de 2019), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$35.749 (R\$35.429 em 31 de dezembro de 2019), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

#### EMS

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$176.546 (R\$174.968 em 31 de dezembro de 2019), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$65.467 (R\$64.881 em 31 de dezembro de 2019), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

#### ETO

. Processo 2008.4.01.3400 com valor envolvido de R\$34.816 (R\$34.505 em 31 de dezembro de 2019) onde se discute questões contratuais relacionadas a desapropriação.

## Fiscais

Ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

### Principais processos:

#### EMT

. Processos 5044000/2015, 1189910010000012009-19, 5069184/2013, 167410016000122008-11, 5028005/2011, envolvendo ICMS incidente sobre demanda de energia (“ICMS Demanda”) no montante de R\$640.260 (R\$633.648 em 31 de dezembro de 2019), para o qual a controlada não constituiu provisão, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Os processos referentes a ICMS Demanda, decorrem de autuação em virtude de falta de arrecadação e recolhimento do tributo, por conta de impedimento judicial (decisões judiciais suspendendo a exação, obtidas por consumidores). Após a cessação dos efeitos das referidas decisões, a Companhia vem mantendo discussões com a SEFAZ/MT, no sentido de construir uma solução para a arrecadação deste tributo, por meio da participação da Companhia, na condição de mero agente arrecadador. As discussões culminaram na abertura da possibilidade de adesão direta pelos consumidores, ao programa de parcelamento vigente do Estado (Refis MT - Leis Estadual nº 10.433/2016 e Decreto nº 780/2016).

. Destaca-se também os processos 1000985-84.2016.811.0041, 1189910010000092010-19, 122752000142016115, 1035343/630/96/2014, 5205023/2012 e 5095376/2016, referentes à tomada de crédito do diferencial de alíquota de ICMS, nas operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente no valor total de R\$237.020 (R\$234.575 em 31 de dezembro de 2019), dentre os quais vale destacar: (i) execução fiscal 1000985-84.2016.811.0041 no valor de R\$77.803 (R\$76.999 em 31 de dezembro de 2019); em divergência com preceitos constitucionais e com a Lei Complementar nº 87/96, a Lei Estadual nº 7.098/98 do Estado de Mato Grosso veda em seu art. 25, §6º, a tomada deste crédito; o tema é objeto da ADI nº 4.623/MT, em trâmite perante o STF, já com parecer favorável da Advocacia Geral da União e (ii) auto de infração 011178550.20128130699 lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com cobrança de ICMS relativo ao de janeiro de 2010 a janeiro de 2012, sob o fundamento de que a Companhia supostamente teria se apropriado indevidamente de crédito fiscal relativo ao diferencial de alíquota pelas aquisições de bens destinados ao ativo permanente, que após apresentação de manifestação - teve a autuação transferida para o processo 5205023/2012, no valor de R\$81.780 (R\$80.936 em 31 de dezembro de 2019).

. Auto de infração (administrativo 0408/2018) 14094.720008/2018-36, no montante de R\$75.025 (R\$74.250 em 31 de dezembro de 2019) relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do de 2014 a 2016.

. Processo 0010774-95.2017.4.01.3600, no montante de R\$128.792 (R\$127.462 em 31 de dezembro de 2019), envolvendo discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da empresa no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09 com a respectiva perda dos benefícios concedidos. Foi apresentada garantia ao débito fiscal.

#### EMS

. Auto de infração 10140720806201057, com montante envolvido de R\$55.152 (R\$51.613 em 31 de dezembro de 2019), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

#### ETO

. Processo nº 5003614-42.2012.827.2729 - Execução fiscal na qual é exigido débito tributário decorrente da glosa do crédito de ICMS apropriados em aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado da R\$156.896 (R\$155.276 em 31 de dezembro de 2019). Questões relacionadas ao mérito estão sendo discutidas na ação anulatória nº 0013057-97.2015.8.27.2729, proposta pela Companhia previamente à cobrança do Estado.

## Regulatórias

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente a suposto descumprimento de preceito regulatório.

## 28. Taxas regulamentares - consolidado

Movimentação	31/12/2019
Saldos em 31/12/2019 e 31/12/2018	39.494
Juros	(1.212)
Amortização no período	(38.282)
Saldos em 31/03/2020 e 31/12/2019 - Circulante	-

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas EMT e ETO. Pagamentos finalizados no exercício de 2019.

## 29. Incorporação de redes - consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO e ESS até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica das controladas EMT, em áreas rurais no Mato Grosso, foi prorrogado para 2020. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue as movimentações ocorridas no período:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldos iniciais em 31/12/2019 e 31/12/2018	93.743	139.212
Adição no período	13.687	13.909
Atualização monetária e juros	10.337	27.943
Baixas/pagamentos	(13.665)	(87.321)
Saldos finais em 31/03/2020 e 31/12/2019	104.102	93.743
Circulante	58.598	48.239
Não circulante	45.504	45.504

### 30. Outros passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Participações Empregados	-	-	37.865	37.865
Outros Benefícios a empregados	-	-	9.749	10.359
Entidade Seguradora	-	-	1.333	4.148
Retenção de caução contratual empreiteiras	-	-	27.918	26.802
Adiantamentos de clientes	153	152	32.713	29.991
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	-	-	12.201	12.201
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	17.218	17.182
Encargos Tarifários	-	-	367	403
Transferência de Ativos Global Energia Elétrica	-	-	10.468	-
Ressarcimento EBP - Salto Paraíso (*)	-	-	44.187	40.711
Efeitos da Redução do ICMS na base de PIS/COFINS (1)	-	-	219.644	210.476
Credores Recuperação Judicial	-	-	53.695	51.753
Outras contas a pagar	168	168	61.522	71.345
<b>Total</b>	<b>321</b>	<b>321</b>	<b>528.880</b>	<b>513.236</b>
Circulante	168	168	148.020	145.708
Não Circulante	153	153	380.860	367.528

(\*) Refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela companhia a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD").

#### (1) Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - controlada ETO - Consolidado

Efeito do trânsito em julgado da ação que reivindicou a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS:

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e alguns a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições.

Em maio de 2019 transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisão favorável no processo da Companhia.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, a controlada direta ETO constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar de R\$221.956 e passivo de R\$219.644 no consolidado, líquido de honorários devidos aos advogados e de tributos incidentes. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela controlada ETO e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Eventual mudança, ou limitação, do entendimento do STF, decorrente do julgamento dos embargos de declaração pelo STF, refletirá nos valores de ativo e passivo constituídos.

O resumo dos impactos são como segue:

Consolidado	31/03/2020		31/12/2019	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
<b>Tributos a recuperar</b>				
Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	221.956	-	212.704	-
<b>Outros passivos</b>				
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins (*)	-	(219.644)	-	(210.476)
	<b>221.956</b>	<b>(219.644)</b>	<b>212.704</b>	<b>(210.476)</b>

	31/03/2020	31/03/2019
<b>Demonstração do resultado do período</b>		
<b>Receita operacional bruta</b>		
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - outros passivos	(7.445)	-
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo Pis e Cofins - tributos a recuperar	7.445	-
<b>Resultado financeiro</b>		
<b>Outras Receitas financeiras</b>		
Atualização dos Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	1.723	-
<b>Outras Despesas financeiras</b>		
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	(1.723)	-
<b>Resultado apurado</b>	-	-

(\*) Deduzidos de R\$2.312 (R\$2.228 em 31 de dezembro de 2019), referente aos custos incorridos com advogados e tributos.

## 31. Patrimônio líquido

### 31.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$2.777.404 (R\$2.777.404 em 31 de dezembro de 2019), representando por 2.057.875 ações ordinárias (2.057.875 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2019), sem valor nominal.

### 31.2. Reserva de Capital

	31/03/2020	31/12/2019
Ganho/Perda com investimentos <sup>(1)</sup>	11.618	11.634
Incentivos fiscais de Reinvestimentos <sup>(2)</sup>	2.939	2.939
Programa de remuneração variável (ILP) <sup>(3)</sup>	1.797	1.482
<b>Total</b>	<b>16.354</b>	<b>16.055</b>

(1) Inclui ganhos e perdas apurados pelo aumento de percentual de participação no capital social de controladas e de distribuição de dividendos diferenciados atribuídos as ações ordinárias e preferencias de controladas.

(2) Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) - refere-se ao benefício de Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda, destinado as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da SUDAM, instaladas nos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional.

O artigo 27 da Portaria 283, de 04 de julho de 2013, expedida pelo Ministério da Integração Nacional (atual Ministério do Desenvolvimento Regional), prevê que as pessoas jurídicas enquadradas nos requisitos legais poderão depositar no Banco da Amazônia S/A (Basa) o total de 30% (trinta por cento) do valor do Imposto de Renda devido pelos referidos empreendimentos, calculados sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios, para reinvestimento.

Com a publicação da Lei nº 13.799, de 03 de janeiro de 2019, que alterou a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, as empresas com projetos de reinvestimento do imposto de renda aprovados pela SUDAM, poderão pleitear até 50% (cinquenta por cento) dos valores depositados para investimento em capital de giro, desde que o percentual restante seja destinado à aquisição de máquinas e equipamentos novos que façam parte do processo produtivo, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados.

(3) Implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 13).

Transações entre sócios	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial - 31/12/2019 e 31/12/2018	11.634	11.603
Transações entre sócios - reflexo (1)	(16)	31
<b>Saldo final - 31/03/2020 e 31/12/2019</b>	<b>11.618</b>	<b>11.634</b>

(1) Inclui parcela reflexa do percentual de participação nas controladas ESS, EMS, Rede Power, EMT, ETO, Multi Energisa, QMRA e CTCE, referente a transações contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

### 31.3. Reservas de lucros - redução de incentivo fiscal (imposto de renda) (controladas)

As controladas EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do período com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Seguem as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			31/03/2020 (*)	31/12/2019
EMT	SUDAM	114/2014	-	123.925
ETO	SUDAM	113/2014	-	32.426
<b>Total</b>			<b>-</b>	<b>156.351</b>

(\*) Em 31 de março de 2020, as controladas apuraram prejuízo fiscal, não contabilizando a reserva de incentivo fiscal de redução de imposto de renda e adicionais.

## 32. Receita operacional - consolidada

	31/03/2020			31/12/2019		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	3.175.307	2.034.978	1.587.717	3.098.533	1.966.415	1.431.001
Industrial	30.988	334.635	243.188	31.837	359.980	240.057
Comercial	269.464	975.561	772.022	267.857	993.373	726.610
Rural	388.928	573.787	355.433	377.110	548.976	293.070
Poder Público	34.908	226.348	168.602	34.837	221.180	152.456
Iluminação Pública	5.011	220.265	99.255	4.809	226.380	80.048
Serviço Público	4.906	137.042	85.327	4.687	142.657	81.609
Consumo Próprio	973	6.510	-	942	6.421	-
<b>Subtotal</b>	<b>3.910.485</b>	<b>4.509.126</b>	<b>3.311.544</b>	<b>3.820.612</b>	<b>4.465.382</b>	<b>3.004.851</b>
Suprimento de energia elétrica	-	375.947	69.598	-	190.359	313.089
Fornecimento Não Faturado Líquido	-	21.951	34.692	-	27.116	28.800
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	697	-	293.555	572	-	244.863
Receita de Construção da infraestrutura (1)	-	-	197.967	-	-	146.160
Serviços Especializados	-	-	3.457	-	-	2.202
Penalidades Regulatórias	-	-	(23.352)	-	-	(19.558)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	-	-	7.445	-	-	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	-	-	(7.445)	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	-	-	26.311	-	-	24.204
Valor Justo Ativo Financeiros Indenizável da Concessão	-	-	20.186	-	-	52.422
Constituição e Amortização- CVA Ativa e Passiva	-	-	(115.239)	-	-	110.124
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	184.874	-	-	190.268
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>3.911.182</b>	<b>4.907.024</b>	<b>4.003.593</b>	<b>3.821.184</b>	<b>4.682.857</b>	<b>4.097.425</b>
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	801.355	-	-	706.470
PIS	-	-	62.838	-	-	64.564
COFINS	-	-	289.436	-	-	297.386
CPRB	-	-	338	-	-	314
ISS	-	-	512	-	-	451
Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT (2)	-	-	517	-	-	7.158
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	9.399	-	-	9.957
Encargos de consumidor - Procel	-	-	2.351	-	-	2.489
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	256.711	-	-	305.078
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	4.699	-	-	4.980
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDTC	-	-	4.700	-	-	4.979
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	2.351	-	-	2.489
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	3.713	-	-	3.373
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.438.920</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.409.688</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>3.911.182</b>	<b>4.907.024</b>	<b>2.564.673</b>	<b>3.821.184</b>	<b>4.682.857</b>	<b>2.687.737</b>

- (1) **Receita de construção da infraestrutura** - está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.
- (2) **Bandeira tarifária** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

As receitas auferidas pelas controladas distribuidoras de energia elétrica, referentes as bandeiras tarifárias no período findo em 31 de março de 2020, foram de R\$9.064 (R\$ 545 em 31 de março de 2019), tendo repassado à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R\$ 517 (R\$7.158 em 31 de março de 2019). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das Companhias no período findo em 31 de março de 2020 foi de R\$ 8.547 (R\$ 6.613 em 31 de março de 2019).

### 33. Energia elétrica comprada para revenda

Consolidado				
	MWH (1)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Energia de Itaipú - Binacional	771.209	753.828	239.859	192.141
Energia de leilão	2.319.046	2.187.242	545.830	528.368
Energia bilateral e outros suprimentos	1.197.399	1.156.494	299.860	276.063
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12	163.386	159.807	47.232	36.428
Energia de curto prazo - CCEE	108.297	144.050	64.082	346.353
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória nº 1.410	1.195.866	1.099.905	141.779	127.779
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	95.275	96.042	37.980	45.235
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(127.338)	(143.508)
<b>Total</b>	<b>5.850.478</b>	<b>5.597.368</b>	<b>1.249.284</b>	<b>1.408.859</b>

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

### 34. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			31/03/2020	31/12/2019
Riscos Operacionais	07/11/2020	90.000	4.012	3.990
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2020	90.000	2.375	2.375
Auto - Frota	23/10/2020	Até 360/veículo	1.142	1.132
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2021	123.492	1.080	953
Transporte Nacional	04/04/2021	Até 2.000/transporte	74	98
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2021	75.000	187	187
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo - R.E.T.A (Drones)	12/01/2021	228/drone	16	16
			<b>8.886</b>	<b>8.751</b>

### 35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período foram de R\$20.186 (R\$52.422 em 31 de março de 2019), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 15.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	31/03/2020		31/12/2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado:</b>					
Caixa e equivalentes de caixa		76.713	76.713	4.429	4.429
Créditos com partes relacionadas		617.941	617.941	697.116	697.116
		<b>694.654</b>	<b>694.654</b>	<b>701.545</b>	<b>701.545</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	122.285	122.285	58.267	58.267
		<b>122.285</b>	<b>122.285</b>	<b>58.267</b>	<b>58.267</b>
<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado:</b>					
Fornecedores		125	125	172	172
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		216.254	216.354	208.714	208.714
Débitos com partes relacionadas		540.002	540.002	531.916	531.916
		<b>756.381</b>	<b>756.381</b>	<b>740.802</b>	<b>740.802</b>

Consolidado					
	Nível	31/03/2020		31/12/2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado:</b>					
Caixa e equivalentes de caixa		609.962	609.962	240.257	240.257
Clientes, consumidores e concessionárias		2.669.452	2.669.452	2.677.990	2.677.990
Créditos com partes relacionadas		617.512	617.512	696.693	696.693
Títulos de créditos a receber		25.931	25.931	26.943	26.943
Ativos financeiros setoriais		597.056	597.056	757.472	757.472
		<b>4.519.913</b>	<b>4.519.913</b>	<b>4.399.355</b>	<b>4.399.355</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.365.745	1.365.745	789.494	789.494
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	3.993.795	3.993.795	3.875.260	3.875.260
Instrumentos financeiros derivativos	2	886.516	886.516	463.441	463.441
		<b>6.246.056</b>	<b>6.246.056</b>	<b>5.128.195</b>	<b>5.128.195</b>
<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado:</b>					
Fornecedores		944.113	944.113	1.039.029	1.039.029
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		8.901.826	9.035.361	7.878.247	7.866.624
Débitos com partes relacionadas		541.147	541.147	532.984	532.984
Parcelamento de impostos		47.354	47.354	50.517	50.517
Passivos financeiros setoriais		535.295	535.295	577.542	577.542
Arrendamentos operacionais		23.627	23.627	25.335	25.335
		<b>10.993.362</b>	<b>11.126.897</b>	<b>10.103.654</b>	<b>10.092.031</b>
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	2	17.524	17.524	28.718	28.718
		<b>17.524</b>	<b>17.524</b>	<b>28.718</b>	<b>28.718</b>

## Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

## Hedge Accounting

Em de 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como “hedge accounting”. Em 31 de março de 2020 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia documentou: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como

“hedge” foi impactado em R\$60.606 (R\$21.018 em 31 de março de 2020) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

### Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no período de 31 de março de 2020, para as quais possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de março de 2020 tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$26.542 (R\$29.687 em 31 de março de 2020) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

### Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

### Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

### Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período e exercício é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Dívida (1)	8.901.826	7.878.247
Partes Relacionadas (3)	541.147	532.984
Caixa e equivalentes de caixa	(609.962)	(240.257)
Dívida líquida	<b>8.833.011</b>	<b>8.170.974</b>
Patrimônio líquido (2)	3.600.848	3.493.429
Índice de endividamento líquido	<b>2,45</b>	<b>2,34</b>

- (1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.
- (2) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.
- (3) Conforme detalhamento na nota explicativa nº 13.

### Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%meses)	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		125	-	-	-	-	125
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	1,00%	4.334	-	11.853	12.253	216.048	244.488
<b>Total</b>		<b>4.459</b>	<b>-</b>	<b>11.853</b>	<b>12.253</b>	<b>216.048</b>	<b>244.613</b>

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%meses)	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		874.978	-	-	-	69.135	944.113
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	3,52%	569.415	1.867.805	3.582.045	2.781.490	3.008.233	11.808.988
Instrumentos Financeiros							
Derivativos		(62.961)	(108.924)	(555.497)	(88.817)	(52.793)	(868.992)
<b>Total</b>		<b>1.381.432</b>	<b>1.758.881</b>	<b>3.026.548</b>	<b>2.692.673</b>	<b>3.024.575</b>	<b>11.884.109</b>

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

### Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Energisa S.A. tem a função de supervisionar se a Administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na

infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	5	76.713	4.429	609.962	240.257
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	122.285	58.267	1.365.745	789.494
Clientes, consumidores e concessionárias.	6	-	-	2.669.452	2.677.990
Títulos de créditos a receber	7	-	-	25.931	26.943
Ativo financeiro setorial	11	-	-	597.056-	757.472
Ativo financeiro indenizável da concessão	15	-	-	3.993.795	3.875.260
Instrumentos financeiros derivativos	35	-	-	886.516	463.441
Créditos com partes relacionadas	13	617.941	697.116	617.512	696.693

### Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, BNDES e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis as variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período de 31 de março de 2020 com alta de 28,98% sobre 31 de dezembro de 2019, cotado a R\$5,1987/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de março de 2020 era de 37,84%, enquanto em 31 de dezembro de 2019 era de 10,37%. A taxa de câmbio do euro encerrou o período findo em 31 de março de 2020 com alta de 26,40% sobre 31 de dezembro de 2019, cotado a R\$5,7264/Euro. A volatilidade do Euro era de 26,54%% em 31 de março de 2020.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 2019, de R\$8.931.237 (R\$7.908.551 em 31 de dezembro de 2019), R\$2.286.168 (R\$1.973.532 em 31 de dezembro de 2019) estão representados em moedas estrangeiras conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em moeda estrangeira têm custo máximo de 4,352% ao ano mais variação cambial e vencimentos de curto e longo prazo, sendo o último vencimento em fevereiro de 2023.

O balanço patrimonial consolidado apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Ativo circulante	189.409	52.756
Ativo não circulante	697.107	410.685
<b>Total do ativo</b>	<b>886.516</b>	<b>463.441</b>
Passivo circulante	17.524	28.718
Passivo não circulante	-	-
<b>Total do passivo</b>	<b>17.524</b>	<b>28.718</b>

Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta A'tiva	Ponta Passiva		
<b>EMT</b>					
Resolução 4131 - Bank of America ML	28.235	(Libor + 1,60%) x 117,65%	CDI + 1,70%	15/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.615	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,43%	15/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - JPM	26.709	(LIBOR + 1,05%) x 117,65%	CDI + 1,33%	12/11/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.676	EUR + 0,81%	CDI + 0,85%	12/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.200	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.598	(Libor + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option
<b>EMS</b>					
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	11.314	EUR + 1,16%	CDI + 0,95%	09/05/2022	Fair Value Option
<b>ETO</b>					
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	31.032	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,47%	29/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	51.778	USD + 5,12%	CDI + 1,28%	01/06/2021	Fair Value Option
<b>ESS</b>					
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	19.704	(LIBOR + 1,20%) x 117,65%	CDI + 0,80%	31/08/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.432	EURO + 1,02%	CDI + 0,85%	06/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	26.675	EUR + 0,85%	CDI + 0,95%	17/01/2023	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMT	385.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	39.771	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	35.696	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	9.526	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	1.775	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	3.304	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ETO	240.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ESS	70.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMS	155.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 31 de março de 2020:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2020	31/12/2019		31/03/2020	31/12/2019
Dívida designada para “Fair Value Option”	1.568.638	1.755.666	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(2.269.181)	(1.972.649)
Swap Cambial (Derivativo)	1.568.638	1.755.666	<b>Posição Ativa</b>		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	2.269.181	1.972.649
			<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(1.581.467)	(1.764.865)
			<b>Posição Líquida Swap</b>	687.714	207.784
			<b>Posição Líquida Dívida + Swap</b>	(1.581.467)	(1.764.865)

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo, (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2020	31/12/2019		31/03/2020	31/12/2019
Dívida (Objeto de Hedge)*	1.222.950	1.222.950	Taxa Pré-Fixada	(1.416.242)	(1.469.189)
			<b>Posição Ativa</b>		
			Taxa Pré-Fixada	1.419.683	1.472.781
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	1.222.950	1.222.950	<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(1.238.405)	(1.245.842)
			Posição Líquida Swap	181.278	226.939
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.234.964)	(1.242.250)

(\*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

#### Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

## a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2020, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(1.568.638)		(1.224.959)	(1.706.334)	(2.187.710)
Varição Dívida	-		343.679	(137.696)	(619.072)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	2.269.181		1.925.502	2.406.877	2.888.253
Varição - USD e LIBOR	-		(343.679)	137.696	619.072
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(1.581.467)		(1.581.467)	(1.581.467)	(1.581.467)
Varição - Taxa de Juros CDI	-	Alta Câmbio	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>687.714</b>		<b>344.035</b>	<b>825.410</b>	<b>1.306.786</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(880.924)</b>		<b>(880.924)</b>	<b>(880.924)</b>	<b>(880.924)</b>

(\*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de março de 2020 atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$880.924 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos; dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$880.924 em ambos os casos.

## b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros 31 de março de 2020, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa	(1.222.950)		(1.222.950)	(1.222.950)	(1.222.950)
Varição Dívida					
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros	1.419.683		1.419.683	1.419.683	1.419.683
Varição - Taxa de Juros					
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros	(1.238.405)		(1.238.405)	(1.307.484)	(1.376.146)
Varição - CDI	-	Alta CDI	-	(69.079)	(137.741)
Subtotal	181.278		181.278	112.199	43.537
<b>Total Líquido</b>	<b>(1.041.672)</b>		<b>(1.041.672)</b>	<b>(1.110.751)</b>	<b>(1.179.413)</b>

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2020 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 1,01 %, TJLP = 1,25 % ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
<b>Instrumentos financeiros ativos:</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.894.495	Alta CDI	64.792	80.990	97.188
<b>Instrumentos financeiros passivos:</b>					
Swap	(1.581.467)	Alta CDI	(54.086)	(67.608)	(81.129)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.352.030)	Alta CDI	(148.839)	(186.049)	(223.259)
	(1.419.608)	Alta IPCA	(7.524)	(9.405)	(11.286)
	(645.067)	Alta TR	-	-	-
Subtotal (2)	(7.998.172)		(210.449)	(263.062)	(315.674)
<b>Total - perdas (2)</b>	<b>(6.103.677)</b>		<b>(145.657)</b>	<b>(182.072)</b>	<b>(218.486)</b>

(1) Considera o CDI de 31 de março de 2021 (3,42% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2020, TR 0,00% e IPCA 0,53%.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$933.065.

## 36. Benefícios pós emprego - consolidado

### Plano de Aposentadoria e Pensão

A controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada período, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 31 de março de 2020, a despesa de patrocínio com esses planos foi de R\$4.432 (R\$4.836 em 31 de março de 2019).

### Gratificação por aposentadoria

A controlada ETO, em Acordo Coletivo de Trabalho, concede aos seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

A referida gratificação varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Em 31 de março de 2020, a despesa de gratificação por aposentadoria foi de R\$15 (R\$19 em 31 de março de 2019).

### Plano de saúde

As controladas mantem benefício pós emprego, Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro; e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas pela inflação INPC Saúde (EMT) e pela Variação dos Custos Médicos e Hospitalares - VCMH (EMT, ETO e ESS).

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio. No período findo em 31 de março de 2020 as despesas com o plano de saúde foram de R\$13.015 (R\$13.030 em 31 de março de 2019) no consolidado. Inclui R\$1.480 (R\$1.040 em 31 de março de 2019) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

## 37. Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de compra de energia (*)					
	Vigência	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	401.260	502.913	526.937	522.604	8.776.329
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	1.457.899	1.841.465	1.602.401	1.725.924	23.877.176
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	335.958	435.857	417.635	459.565	7.267.213
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2020 a 2054	589.072	779.105	735.971	829.524	14.400.239
		<b>2.784.189</b>	<b>3.559.340</b>	<b>3.282.944</b>	<b>3.537.617</b>	<b>54.320.957</b>

(\*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do período findo de 31 de março de 2020, foram homologados pela ANEEL.

### 38. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	31/03/2020	31/12/2019
<b>Outras transações não caixa</b>		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	102.944	886.093
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	20.186	182.208
<b>Atividades operacionais</b>		
Pagamento de Fornecedores	55.729	75.514
Incorporação de redes - transferência de obrigações especiais	13.687	13.909
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	13	32.906
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	55.729	75.514
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	13.687	13.909
Intangível - CPC 06 (R2)	13	32.906
Tributos a recuperar - Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	9.252	212.704
<b>Atividades de financiamento</b>		
Dividendos Governo do Estado de Tocantins	-	35.573

### 39. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação

	31/03/2020	31/03/2019
Lucro líquido do período - controladora	107.119	224.440
Média pondera em milhares de ações	2.057.875	2.57.875
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (*)</b>	<b>0,05</b>	<b>0,11</b>

Lucro do período - consolidado	120.843	283.138
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	107.119	224.440

(\*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

### 40. Eventos subsequentes

#### 40.1 Reajuste tarifário

##### Controlada EMS:

Em 07 de abril de 2020 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.671 e Nota Técnica nº 37/2020-SGT/ANEEL, homologou reajuste tarifário, em vigor a partir de 08 de abril de 2020 da controlada indireta EMS. No entanto, considerando o momento atual de crise devido à COVID-19, o reajuste tarifário foi suspenso a pedido da Companhia para o período de até 30 de junho de 2020, tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da conta de desenvolvimento energético - CDE dos próximos três meses

em iguais montantes financeiros O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 6,90%.

### Controlada EMT:

Em 07 de abril de 2020 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.672 e Nota Técnica nº 38/2020-SGT/ANEEL, homologou o reajuste tarifário, em vigor a partir de 08 de abril de 2020, da controlada indireta EMT. No entanto, considerando o momento atual de crise devido à COVID-19, o reajuste tarifário foi suspenso a pedido da Companhia para o período de até 30 de junho de 2020, tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da conta de desenvolvimento energético - CDE dos próximos três meses em iguais montantes financeiros. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 2,47%.

### 40.2 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Verde para o mês de abril e Bandeira Verde para os meses de abril e maio de 2020, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

### 40.3 Liberação de recursos - Despacho Aneel nº 986 de 07 de abril de 2020

Em 08 de abril de 2020 a ANEEL, através do Despacho nº 986, determinou a CCEE que: (i) efetuasse repasse aos agentes de mercado detentores de consumo os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos, em sua totalidade e na proporção do consumo líquido dos últimos 12 meses de cada agente, utilizada para restituição de montantes excedentes da Conta de Energia de Reserva (CONER), referente a última contabilização realizada; (ii) na operacionalização da liberação deverão ser retidos os valores inadimplidos por cada agente na última liquidação do Mercado de Curto Prazo os quais serão caucionados para abatimento do débitos na próxima liquidação; e (iii) ao longo do ano de 2020 operacionalize o disposto nos itens (i) e (ii) sempre que houver saldo positivo no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. Os montantes liberados naquela data para as controladas, são como segue:

Controladas	Valor liberado
Energisa Mato Grosso	31.064
Energisa Mato Grosso do Sul	20.395
Energisa Tocantins	9.630
Energisa Sul Sudeste	14.531
<b>Total</b>	<b>75.620</b>

### 40.4 Empréstimos contratados em controladas

Em 24 e 27 de abril de 2020 as controladas diretas e indiretas captaram junto ao Banco Santander Brasil S/A o montante de R\$198.334 com remuneração de 100,00% do CDI + 4,10% a.a., conforme segue:

Controladas	Valor Captado	Vencimentos
Energisa Mato Grosso	133.334	29/06/2021 e 29/12/2021
Energisa Mato Grosso do Sul	65.000	09/08/2021
<b>Total</b>	<b>198.334</b>	

## 40.5 Empréstimos liquidados em controlada

Em 24 e 27 de abril de 2020 as controladas diretas e indiretas fizeram a liquidação dos contratos junto ao Banco Santander Brasil S/A no valor total de R\$203.278, conforme segue.

Controladas	Valor liquidado
Energisa Mato Grosso	135.641
Energisa Mato Grosso do Sul	67.637
<b>Total</b>	<b>203.278</b>

## 40.6 Aumento de capital

### Controladora:

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de abril de 2020, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$445.815 com emissão de 52.448.744 novas ações ordinárias, em face do encerramento em 17 de abril de 2020 do Prazo para Exercício do Direito de Preferência com a subscrição e integralização de valor superior ao Montante Mínimo, com utilização de recursos do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital e de R\$504 em moeda corrente do país, passando o capital social da Companhia a ser de R\$3.223.219, representado por 2.110.323.374 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

### Controlada EMT:

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de abril de 2020, foi aprovado o aumento do capital social da controlada EMT no montante de R\$162.544 com emissão de 6.031.293 novas ações todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 2.051.663 ações ordinárias e 3.979.630 ações preferenciais, com utilização do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital e de R\$2.554 em moeda corrente do país, passando o capital social da controlada a ser de R\$1.677.113, representado por 218.941.939 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 75.529.774 ações ordinárias e 143.412.165 ações preferenciais.

## 40.7 Ataque Cibernético

Os sistemas computacionais da Companhia e de suas controladas, sofreram ataque cibernético de hackers no final do dia 28 de abril de 2020, causando interrupção parcial e temporária nas operações da Companhia e de suas controladas, sem, no entanto, impactar o fornecimento de energia elétrica, muito embora o sistema de atendimento tenha operado com alguma contingência. A Companhia e suas controladas agiram rapidamente para a solução do problema acionando os planos de contingências e demais protocolos de segurança, objetivando minimizar os impactos desta ação. Atualmente, os sistemas da Companhia e de suas controladas estão progressivamente retornando a sua normalidade e ações para neutralizar novos ataques cibernéticos foram implementadas. O evento não proporcionou qualquer impactado na elaboração das Informações financeiras trimestrais ora apresentadas.

## Conselho de Administração

---

**Ivan Müller Botelho**  
Presidente

**Ricardo Perez Botelho**  
Vice-Presidente

**Marcelo Silveira da Rocha**  
Conselheiro

**Maurício Perez Botelho**  
Suplente

## Diretoria Executiva

---

**Ricardo Perez Botelho**  
Diretor Presidente

**Mauricio Perez Botelho**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

**Alexandre Nogueira Ferreira**  
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

**Vicente Cortes de Carvalho**  
Contador  
CRC-MG 042523/O-7

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da Rede Energia Participações S.A.  
Cataguases - MG

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Rede Energia Participações S.A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 015.199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos  
Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9